



CEJA >>

CENTRO DE EDUCAÇÃO
de JOVENS e ADULTOS

CIÊNCIAS HUMANAS

e suas TECNOLOGIAS



História

Fascículo 3
Unidades 5 e 6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador
Wilson Witzel

Vice-Governador
Claudio Castro

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretário de Estado
Leonardo Rodrigues

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Secretário de Estado
Pedro Fernandes

FUNDAÇÃO CECIERJ

Presidente
Gilson Rodrigues

PRODUÇÃO DO MATERIAL CEJA (CECIERJ)

Coordenação Geral de Design Instrucional
Cristine Costa Barreto

Elaboração de História
Gilberto Aparecido Angelozzi
Gracilda Alves
Sabrina Machado Campos
Denise da Silva Menezes do Nascimento
Márcia Pinto Bandeira de Melo
Marcus Ajurum de Oliveira Dezemone
José Ricardo Ferraz
Priscila Aquino da Silva
Inês Santos Nogueira
Renata Moraes
Erika Arantes
Maria José Carvalho
Rafael Cupello Peixoto
Gustavo Souza
Claudia Affonso

Revisão de Língua Portuguesa
Anna Maria Osborne
José Meyohas

Coordenação de
Desenvolvimento Instrucional
Bruno José Peixoto
Flávia Busnardo
Paulo Vasques de Miranda

Desenvolvimento Instrucional
Anna Maria Osborne

Coordenação de Produção
Fábio Rapello Alencar

Assistente de Produção
Bianca Giacomelli

Projeto Gráfico e Capa
Andreia Villar

Imagem da Capa e da Abertura das Unidades
Andreia Villar

Diagramação
Camille Moraes
Filipe Dutra
Fernanda Novaes
Larissa Averbug
Mario Lima
Núbia Roma

Ilustração
Clara Gomes
Fernando Romeiro
Renan Alves
Vinicius Mitchell

Produção Gráfica
Patrícia Esteves
Ulisses Schnaider

Sumário

Unidade 5	Século XIX: as ideias político-sociais e os movimentos rurais e urbanos	5
<hr/>		
Unidade 6	O Segundo Reinado no Brasil: Organização Social, Política, Trabalho e Cidadania	33
<hr/>		

Prezado(a) Aluno(a),

Seja bem-vindo a uma nova etapa da sua formação. Estamos aqui para auxiliá-lo numa jornada rumo ao aprendizado e conhecimento.

Você está recebendo o material didático impresso para acompanhamento de seus estudos, contendo as informações necessárias para seu aprendizado e avaliação, exercício de desenvolvimento e fixação dos conteúdos.

Além dele, disponibilizamos também, na sala de disciplina do CEJA Virtual, outros materiais que podem auxiliar na sua aprendizagem.

O CEJA Virtual é o Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) do CEJA. É um espaço disponibilizado em um site da internet onde é possível encontrar diversos tipos de materiais como vídeos, animações, textos, listas de exercício, exercícios interativos, simuladores, etc. Além disso, também existem algumas ferramentas de comunicação como chats, fóruns.

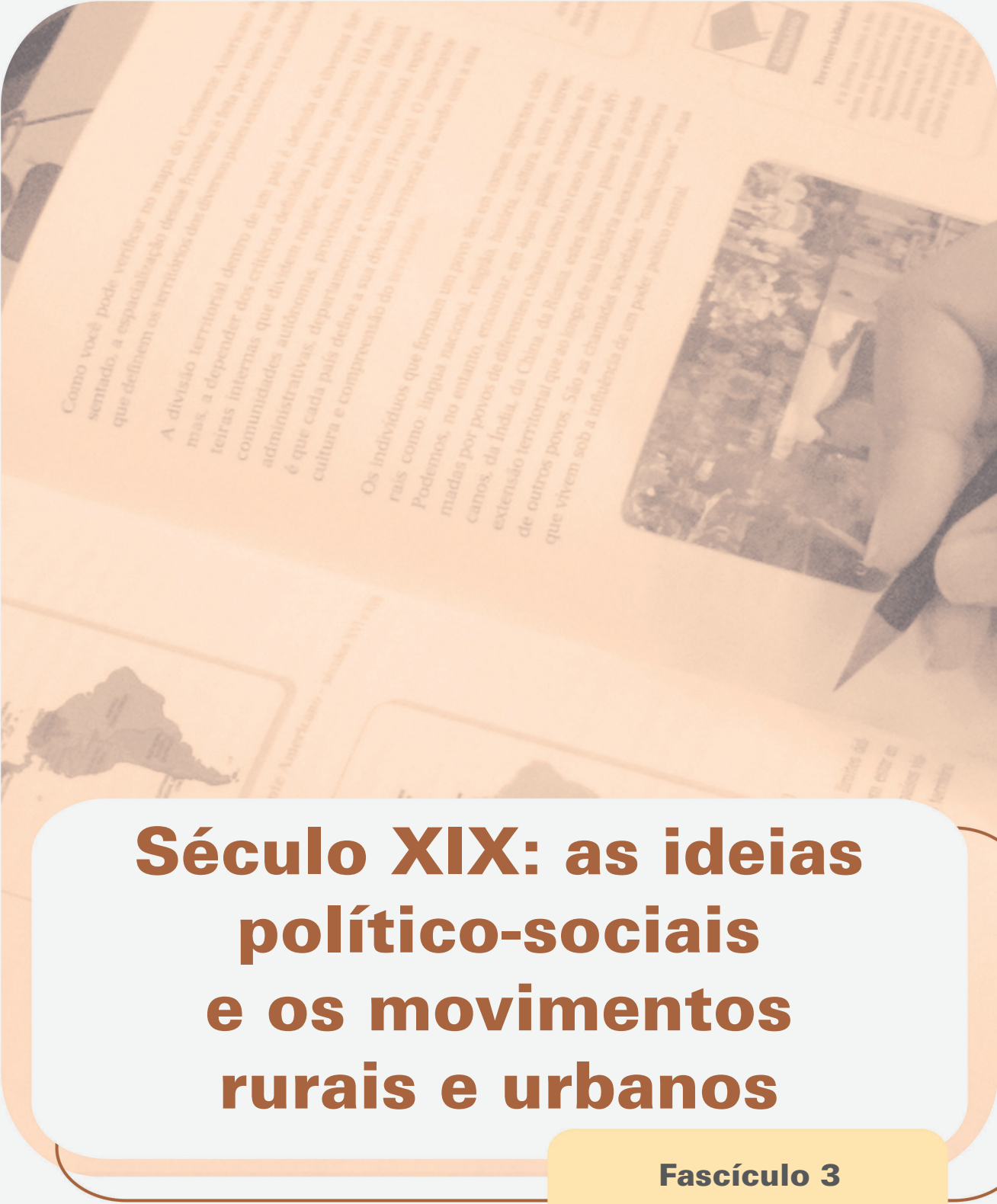
Você também pode postar as suas dúvidas nos fóruns de dúvida. Lembre-se que o fórum não é uma ferramenta síncrona, ou seja, seu professor pode não estar online no momento em que você postar seu questionamento, mas assim que possível irá retornar com uma resposta para você.

Para acessar o CEJA Virtual da sua unidade, basta digitar no seu navegador de internet o seguinte endereço:
<http://cejarj.cecierj.edu.br/ava>

Utilize o seu número de matrícula da carteirinha do sistema de controle acadêmico para entrar no ambiente. Basta digitá-lo nos campos "nome de usuário" e "senha".

Feito isso, clique no botão "Acesso". Então, escolha a sala da disciplina que você está estudando. Atenção! Para algumas disciplinas, você precisará verificar o número do fascículo que tem em mãos e acessar a sala correspondente a ele.

Bons estudos!



Século XIX: as ideias político-sociais e os movimentos rurais e urbanos

Fascículo 3
Unidade 5

Século XIX: as ideias político-sociais e os movimentos rurais e urbanos

Para início de conversa...



Figura 1



Figura 2

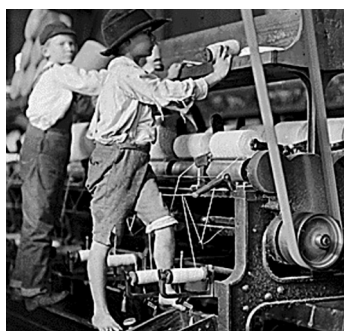


Figura 3



Figura 4

Nas imagens acima, voluntariamente embaralhadas, observamos indivíduos no seu fazer cotidiano – o trabalho. Pode parecer óbvio, mas, embora provenientes de tempos e sociedades muito diferentes entre si, há, entre as cenas,

algumas semelhanças. Na maior parte dos casos e para a maior parte das pessoas, o trabalho é, ao mesmo tempo, fonte de realização – já que é através dele que “ganhamos o pão de cada dia” –, e espaço de privação, sofrimento e dor – já que nem sempre trabalhamos como queremos, no tempo que escolhemos e nas condições que gostaríamos. Não é mesmo?

A experiência de trabalhar nem sempre nos lembra o ato criativo que transforma o mundo e nos transforma, que cria coisas novas. Na maioria das vezes, vivenciamos o trabalho como algo que gera riqueza para uma pessoa ou empresa, e que faz pouco sentido para nós mesmos. E se pensarmos nas condições às quais os trabalhadores foram submetidos ao longo do tempo, observamos que o trabalho, normalmente, está associado à dor - imagine que a palavra trabalho deriva de um instrumento muito antigo, o tripalium, espécie de tridente usado para castigar e torturar pessoas.

Essa separação, ou alienação do trabalho, não é um fenômeno novo, nem adquiriu uma forma única ao longo do tempo. A forma contemporânea – o trabalho assalariado – generalizou-se por volta do século XVIII e teve como motor fundamental a chamada Revolução Industrial.

A partir da Revolução Industrial, crescentemente, o trabalho humano esteve associado e, por que não dizer, subordinado ao desenvolvimento tecnológico. Fossem as novidades de pequeno impacto como o aperfeiçoamento das máquinas de fiar e tecer no século XVIII, as de grande impacto como descoberta de fontes de energia, como o petróleo e a expansão da indústria química, ou ainda, aquelas cujo impacto ainda dimensionamos parcialmente, como a informatização e a robótica; em todos os casos, a relação trabalho/tecnologia ganha novas e dramáticas cores desde então.

É curioso, também, que, mais ou menos na mesma época, o sentido atribuído ao trabalho tenha se transformado. Distante da ideia de castigo, crescentemente vai se associar o trabalho à salvação humana. Você já deve ter ouvido falar frases como “o trabalho enobrece o homem” ou “só o trabalho gera riqueza”.

Em se tratando de trabalho, muita coisa mudou desde o século XVIII. Os trabalhadores conquistaram direitos, a tecnologia avançou enormemente, a fábrica vem deixando de ser o principal local de produção, os salários foram modificados por complexos sistemas de gratificação, as mulheres avançaram na ocupação de postos de trabalho... Mas será que há também permanências que remontam àquele tempo? Vamos pensar um pouco?

Objetivos de aprendizagem

- Identificar as rupturas e permanências em relação às condições de vida e trabalho, desde o século XVIII até hoje.
- Reconhecer o contexto social e político de surgimento das ideologias revolucionárias do século XIX.
- Identificar as principais características das revoluções liberais do século XIX.
- Caracterizar os principais movimentos sociais urbanos e rurais do século XIX.

Seção 1

Relações de Trabalho nos Séculos XVIII e XIX

O processo de transformações que possibilitou a passagem gradual, mas intensa, das formas de produzir baseadas no trabalho manual ou artesanal para as formas mecanizadas ou industriais iniciou-se muito antes do século XVIII. Mudanças sociais que passavam pela “liberação” dos trabalhadores em relação aos vínculos com as antigas corporações de ofício; os *cercamentos dos campos*; a concentração das terras aráveis nas mãos de negociantes interessados nos lucros que delas pudessem vir; a acumulação de riquezas capazes de impulsionar investimentos iniciais; o aprimoramento de máquinas e técnicas; a concentração de trabalhadores despossuídos nas cidades, entre outros fatores, caracterizam aquilo que se convencionou chamar Revolução Industrial do século XVIII.

Sobre este marcante fenômeno, Alexis de Tocqueville declarou, em 1835:

“

Desta vala imunda a maior corrente da indústria humana flui para fertilizar o mundo todo. Deste esgoto imundo, jorra ouro puro. Aqui a humanidade atinge seu mais completo desenvolvimento e sua maior brutalidade, aqui a civilização faz milagres e o homem civilizado torna-se quase um selvagem.

(Apud HOBBSBAWM, E. A era das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.43).

”

Importante

Corporações de ofício eram associações criadas ainda na Idade Média, que reuniam trabalhadores de uma mesma profissão – carpinteiros, sapateiros, padeiros, entre outros. As corporações – formadas por Mestres, Oficiais e Aprendizes – tinham como principal função a regulamentação das atividades dos artesãos como, por exemplo, proteção contra a concorrência indevida, determinação de preços e controle da qualidade dos produtos.

Cercamento dos campos é o processo de transformação do campo que implicou em um novo manejo da terra, utilizada agora para a criação extensiva de ovelhas, a fim de produzir lã (matéria-prima essencial para a indústria têxtil nascente). Nesse processo, inúmeros camponeses foram expulsos da terra e viram-se forçados a migrar para as cidades. A imposição de leis que condenavam a “vadiagem”, por exemplo, com penas de degredo forçaram a submissão às novas regras de assalariamento urbano.

Importante

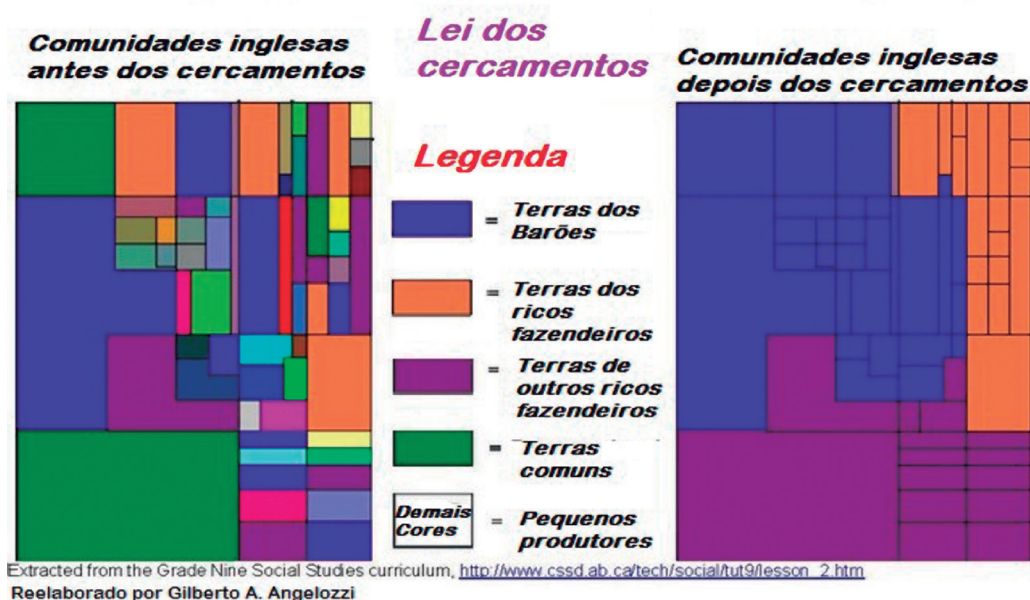


Figura 5

Reelaborado por Gilberto A. Angelozzi

Leia os textos a seguir e responda às questões.

Atividade

1

Texto 1

“

Assim, para que um insaciável devorador, peste e praga de seu próprio país, possa abarcar num único campo milhares de braças, uma quantidade de pequenos agricultores se veem escorraçados de seus bens. Uns saem enganados, outros são expulsos à força; alguns, enfim, cansados de tantos vexames, se veem forçados a vender tudo o quando possuem. Enfim, esses infelizes partem, homens e mulheres, casais, órfãos, viúvos, pais com os filhos nos braços. Todos emigram, largam seus lugares, os lugares onde viveram e não sabem onde se refugiar. (...) Logo os veremos errantes, privados de qualquer recurso. Só lhes resta roubar e serem enforcados, segundo as regras.

(MORUS, Thomas. *A utopia*. Brasília. Ed UNB, 1982, p.16).

”

Texto 2



(...) apesar dos esforços sistemáticos, em larga escala, para alargar ruas (...) aumentar e aperfeiçoar a drenagem e a rede de esgotos (...) nas regiões em que residem as classes mais ricas, nada foi feito para melhorar as condições dos distritos habitados pelos pobres.

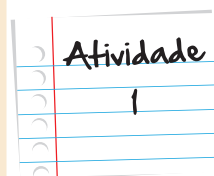
(THOMPSON, E. P. Formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 187).



Agora, responda:

- a. Qual a relação entre o que está descrito nos Textos 1 e 2?
- b. Em sua opinião, estas descrições são, em algum sentido, atuais? Justifique.

Anote suas
respostas em
seu caderno



Migrantes do campo, homens, mulheres e crianças tiveram de se adequar à disciplina urbana e industrial. Era preciso trabalhar num ritmo regular, diário e ininterrupto, o que diferia muito dos tempos dedicados ao trabalho rural. Para manter a disciplina, dois artifícios foram muito utilizados: a coerção moral e física que chegava aos açoites e o pagamento de salários tão baixos que forçassem os operários a trabalhar longas jornadas a fim de alcançar a sobrevivência. O emprego de mulheres e crianças, consideradas mais dóceis, generalizou-se nesse momento.

É certo que o trabalho assumiu novas formas a partir daí. A parcialização da produção e a especialização de trabalhadores em tarefas cada vez mais pontuais tornaram a repetição mecânica cada vez mais intensa na jornada de trabalho. O crescente controle sobre os tempos e os movimentos do trabalhador durante o trabalho levou ao surgimento da chamada administração científica do trabalho ou taylorismo, já que se baseia nos estudos de Frederick Taylor (1856-1915). Além disso, mais tarde, tivemos a divisão do trabalho entre vários operários, com a introdução das linhas de montagem características do chamado fordismo. Estes dois mecanismos de trabalho e produção permitiriam um aumento da produção, a redução dos custos e o aumento dos lucros dos empresários.



Figura 6. Charge que retrata a ideia de uma linha de montagem, na qual o trabalhador desconhece o produto final de seu trabalho.

Como a produção industrial é tipicamente urbana, a concentração de pessoas neste ambiente teve, ao longo dos séculos XVIII e XIX, importantes implicações. Ao descrever a cidade de Liverpool, na Inglaterra, num relatório de 1842, saltam aos olhos as péssimas condições de vida dos trabalhadores:

“

Mais imundície, piores sofrimentos físicos e desordens morais do que os descritos por Howard em relação aos detentos das prisões são encontrados entre os trabalhadores que ocupam os porões nas cidades de Liverpool, Manchester, Leeds e extensas áreas de Londres.

(“Report on the sanitary condition of the labouring people. Apud BRESCIANI, M S M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*.” São Paulo: Brasiliense, 1982, p.29).

”

Imagine a descrição a seguir:

“

E os pobres! Espetáculo cujo horror o nevoeiro e a lama de Londres, por mais espessos, não conseguem ocultar! O que diríamos, sob o sol da França, em Paris, se subitamente, em pleno bulevar, víssemos passar esses miseráveis: piolhos da sarjetas, aranhas dos muros, sapos dos pântanos! [No corpo do pobre de Londres] a roupa parece uma pele que se descama, uma lepra que cai. É esfarrapada, como se os ratos devorassem o homem que a veste, como se tivesse recebido golpes de forçado. E há nos rostos uma tal expressão de fadiga e terror! Em Londres, essa miséria passeia pelas ruas, sem que ninguém sede tenha, com espanto ou piedade.

(Jules Vallés – exilado francês sobre a cidade de Londres. In: CHARLOT, Monica; MARX, Roland (org.). *Londres, 1851-1901: a Era Vitoriana ou o Triunfo das Desigualdades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p.41-42)

”

Esta situação, entretanto, só se fazia notar em momentos de violentas manifestações de rua. Nesse contexto, alarmados com a presença operária, os proprietários londrinos, por exemplo, chegaram a afirmar: “o lugar mais bonito da Europa está transformado num sórdido acampamento de vagabundos” e insistentemente demandarão a “limpeza das ruas” (idem, p.48). A isto, os trabalhadores responderão com manifestações, greves e pelo voto. No processo, desenvolverão críticas ao capitalismo, sintetizadas no anarquismo, no socialismo e no comunismo, como veremos a seguir.

Seção 2

Ideias Sociais e Políticas do século XIX

Como estudamos antes, o desenvolvimento da sociedade capitalista, urbana e industrial implicou no aumento da exploração do trabalho e sua subordinação. Sustentada nos princípios do liberalismo, a sociedade burguesa cultuava a razão, a ciência e o progresso. A valorização da propriedade, do indivíduo e da iniciativa privada completava o quadro de convicções. O fosso social separava indiscutivelmente proprietários/burguesia e trabalhadores/proletariado. Cada vez mais tensas, as cidades se tornaram palco de ações e discussões críticas ao sistema, palco do nascimento de ideias socialistas (utópicas e científicas) e anarquistas.

Liberalismo

É um conjunto de princípios e teorias políticas, fundado na liberdade política e econômica. Sua origem é do século XVII, mas ganhou força nos séculos XVIII e XIX com as ideias defendidas pelo filósofo escocês Adam Smith (1723-1790), que dizia ser contrário ao forte controle do Estado na economia e na vida das pessoas. Os liberais defendem muitos pontos de vista, mas, em geral, apoiam a defesa da propriedade privada, do livre mercado e da igualdade perante a lei.

Essas doutrinas tinham em comum a crítica ao capitalismo, a denúncia da exploração dos trabalhadores e a proposição de que esses deveriam construir sociedades novas, igualitárias e livres. Havia, entretanto, discordâncias quanto aos caminhos para a construção desse “mundo novo”. Vamos conhecer um pouco sobre elas!

Socialismo Utópico é como ficou conhecido o pensamento de autores como Saint Simon, Charles Fourier e Robert Owen que, no início do século XIX, propuseram a transição para o socialismo de forma pacífica, sem indicar os meios para esta transição.



No lugar dos vastos centros que absorvem as populações, as aldeias, as casas, construídas ao azar no mapa, mal distribuídos, mal traçados seus limites, tão incoerentes em sua distribuição geral como em sua organização particular, a humanidade deve estar agrupada por comunidades, regulares pelo número de seus habitantes, por sua ordem interior e pelas condições de equilíbrio na relação com outras comunidades, obedecendo todas as leis análogas. Na ordem combinada ou societária estas comunidades recebem o nome de falange, palavra que significa uma ideia de conjunto, de unidade, de vontade e de objeto. A falange deve ser composta de 400 famílias (1.600 ou 1.800 pessoas, com uma média da densidade das famílias de 4,5). As bases desta associação são: 1º Todos os habitantes da comunidade, ricos e pobres, formarão parte da associação; o capital social constituirão os imóveis de todos e os móveis e capitais investidos por cada um à sociedade. 2º Cada associado em troca de seus investimentos, receberá ações que representem o valor exato do que haja investido. 3º Toda ação terá hipoteca sobre a parte dos imóveis que represente e sobre a propriedade geral da sociedade. 4º Todo associado (se é associado ainda quando não se possuem ações nem capital algum) deve concorrer à exploração do bem comum, com seu trabalho e com seu talento. 5º As mulheres e as crianças entram na sociedade com o mesmo título que os homens. 6º O benefício anual, depois de satisfeitos os gastos comuns, será repartido proporcionalmente segundo as três faculdades produtivas: capital, trabalho e talento. Os fourieristas supõem que esta organização produzirá importantíssimas e fecundas consequências, pois, por exemplo, as 400 famílias reunidas levariam grandes vantagens em substituir seus 400 lugares, que empregam a 400 mulheres, por uma boa cozinha dirigida por umas quantas pessoas hábeis na arte de cozinhar; seus 400 depósitos de grãos por um bom; suas 400 adegas por uma ampla e magnífica, &c., &c. A falange, ou seja, a reunião de 400 casinhas, viria com o tempo a se reunirem em um só edifício; com quatrocentos departamentos com dependências comuns e particulares, e este grande edifício unitário receberá o nome de falanstério". (Dicionário Enciclopédico Hispano-Americano, verbete Fourierismo).



O *Socialismo Científico* (que mais tarde ficou conhecido, também, como marxismo) origina-se no Manifesto Comunista, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848. Partindo de uma complexa crítica aos princípios liberais, esses autores sustentaram que a revolução proletária, organizada pelo Partido Comunista, seria a única forma eficaz de superação do capitalismo e de construção do comunismo.



A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. (...) O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado.(...)Todavia, nos países mais adiantados, as seguintes medidas poderão geralmente ser postas em prática:1. Expropriação da propriedade latifundiária e emprego da renda da terra em proveito do Estado.2. Imposto fortemente progressivo.3. Abolição do direito de herança.4. Confiscação da propriedade de todos os emigrados e sediciosos.5. Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com o monopólio exclusivo.6. Centralização, nas mãos do Estado, de todos os meios de transporte.7. Multiplicação das fábricas e dos instrumentos de produção pertencentes ao Estado, arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras cultivadas, segundo um plano geral.8. Trabalho obrigatório para todos, organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura.9. Combinação do trabalho agrícola e industrial, 10. Educação pública e gratuita de todas as crianças, abolição

do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material, etc.” (MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In. *O Manifesto Comunista: 150 anos depois*. Daniel Aarão Filho (Org). Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 1998. Trechos diversos.)

”

Já o *Anarquismo*, desenvolvido por teóricos, como Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin e Enrico Malatesta, sustentava que a superação do capitalismo se daria pela livre ação dos trabalhadores e levaria à criação de uma sociedade livre da propriedade, dos patrões, da Igreja e do Estado.

“

Para nós, a autoridade não é necessária à organização social; ao contrário, acreditamos que ela é sua parasita, que impede sua evolução e utiliza seu poder em proveito próprio de uma certa classe que explora e oprime as outras. Enquanto houver harmonia de interesses em uma coletividade, enquanto ninguém quiser ou puder explorar os outros, não haverá marca de autoridade (...).” (MALATESTA, Enrico. *Textos escolhidos*. Porto Alegre: LPM, 1984, p. 25).

”

Coisa do passado? Anarquismo e Socialismo continuam sendo referências teóricas importantes no mundo contemporâneo. Para que se tenha uma ideia, movimentos sociais ocorridos no Brasil e no mundo têm exibido bandeiras anarquistas.



Figura 7 - Manifestações na Europa



Saiba Mais

“Jovens mascarados e vestidos de preto andam em grupo no meio de protestos. Portam bandeiras negras ou símbolos anarquistas, quebram vidraças, entram em confronto com a polícia e embora não possuam liderança clara, têm nome definido: Black Blocs.

As notícias dos black blocs que cativam e assustam manifestantes mundo afora poderia ser uma cena vista no Brasil, no Egito, na Turquia, na Grécia, nos Estados Unidos ou em qualquer outro lugar do mundo”.

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/09/130822_black_block_protestos_mm.shtml

Quanto ao socialismo, observe algumas bandeiras partidárias no Brasil:



Figuras 8, 9, 10, 11, 12 e 13. Disponíveis em <pt.wikipedia.org>

Caia na rede e descubra se as propostas desses partidos se aproximam dos princípios do socialismo do século XIX.

Como aluno (a), você pode - e deve! - analisar o tema e refletir se as propostas dos partidos socialistas hoje são adequadas às necessidades dos brasileiros. O que acha?

Leia o texto a seguir e, então, responda ao que se pede:



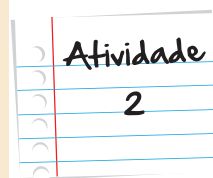
Suas mais sérias consequências foram sociais: a transição da nova economia criou a miséria e o descontentamento, os ingredientes da revolução social. E, de fato, a revolução social eclodiu na forma de levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades, produzindo as revoluções de 1848 no continente e os amplos movimentos cartistas na Grã-Bretanha.

(HOBSBAWM, E. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, p. 55).



- a. O que podemos entender por “transição da nova economia”?
- b. A que levantes espontâneos o autor se refere?

Anote suas
respostas em
seu caderno



Seção 3

Revoluções Liberais do Século XIX

Como observamos na seção anterior, o século XIX, na Europa, foi um momento bastante frutífero para a criação de doutrinas e novas ideias sociais e políticas. Imagine estas inovadoras formas de pensar diante de um cenário social de grande desigualdade e duras condições de vida de boa parte da população!

A industrialização, a urbanização, a miséria e outros problemas comuns às sociedades capitalistas legitimaram ciclos de revoluções. Os movimentos socialistas, principalmente, pretendiam transformar o regime social nascido do **capitalismo liberal**. Seus membros se esforçaram para reformar a legislação trabalhista e o regime de propriedade da sociedade europeia.

Capitalismo liberal

É uma forma de organização social, baseada em um duplo conceito: Capital – o livre uso da propriedade, principalmente de alguns poucos que possuem meios de produção – terras, fábricas, maquinários; Liberdade – livre escolha para dispor de suas propriedades como bens. O fato é que a maioria da população tinha apenas uma propriedade: sua força de trabalho, que deveria ser vendida em troca de um salário.

As ideias liberais ganharam força em oposição ao absolutismo – sistema social e político aristocrático, baseado em privilégios sociais ou de nascimento, no qual há concentração de poderes nas mãos do rei. Este regime passou a ser contestado no século XVIII, quando a burguesia industrial começou a exercer uma posição social elevada e desejava ter representantes de seus interesses à frente do governo. O liberalismo, desenvolvido na Inglaterra, foi propagado na Europa através da França por meio dos filósofos iluministas e pela própria Revolução Francesa (1789-1815) com seu lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

A partir dessas ideias, em 1820, se deu o primeiro ciclo de revoluções liberais na Europa, como, por exemplo, na Espanha, com a restauração da Constituição de Cádiz e, em Portugal, com a Revolução do Porto.

A onda revolucionária ocorrida na Espanha tinha como objetivo restaurar a Constituição de Cádiz (1812), que havia sido revogada como forma de manter os privilégios da nobreza. Os liberais, majoritariamente burgueses radicais, descontentes com as medidas fiscais impostas pelo governo organizaram-se militarmente. Apesar de ter sido restaurada durante um curto período (1820-1823), seu texto exerceu profunda influência nas elaborações das Constituições em outros países europeus.

Influenciado pela propaganda de ideias liberais do país vizinho, a cidade do Porto, em Portugal, articulou uma revolução constitucionalista. Os revoltosos passaram a exigir a elaboração de uma constituição para o país, defendendo o retorno da Corte portuguesa, transferida para o Brasil em 1808, sob a ameaça de invasão das tropas de Napoleão Bonaparte, e a restauração do Brasil à condição de colônia de Portugal. Apesar de conseguirem que a Corte retornasse ao país, não foram bem sucedidos em relação ao Brasil, já que, dois anos depois, em 1822, D. Pedro I, que havia permanecido no Brasil, declarou a independência da antiga colônia.

Revoluções de 1830

Os conflitos não ficaram apenas nisto. Dez anos após o início das revoluções liberais ocorridas, sobretudo na Espanha e em Portugal, a Europa vivenciou uma nova onda revolucionária.

Conflitos de cunho liberal nacionalista começaram na França e, em seguida, se espalharam por toda a Europa. As reivindicações eram pautadas na defesa das liberdades individuais e a exigência de se estabelecer governos instituídos pelo *voto universal*.

Sufrágio Universal

É o direito de voto a todos os indivíduos considerados intelectualmente maduros. Até o final do século XIX, o sufrágio universal compreendia apenas o voto de homens adultos. Somente a partir do século XX o direito ao voto foi estendido às mulheres, na maioria dos países democráticos.

A França, após passar pela experiência liberal conhecida como Era Napoleônica (1799-1815), vivenciou o retorno do regime absolutista – a chamada Restauração Monárquica – que voltou a conceder privilégios à aristocracia política. Dessa maneira, os ideais e anseios gerados pela experiência revolucionária francesa foram sufocados em função do retorno de um governo conservador com elementos monárquicos.

Apesar de politicamente divididas, camadas médias urbanas da sociedade francesa, como jornalistas, estudantes, burgueses e trabalhadores iniciaram manifestações e levantes que conduziram à Revolução de 1830. Os populares fizeram uma série de levantes e barricadas na capital francesa. A revolta do povo foi tamanha que até a própria Guarda Nacional – ligada ao rei – passou a manifestar apoio à luta. Após esta intensa ação, o então rei Carlos X abdicou do trono francês. Em seu lugar, foi instalada uma **monarquia constitucional**.

Monarquia Constitucional

Uma **monarquia constitucional** é um sistema político que reconhece um monarca eleito ou hereditário como chefe de Estado, mas em que há uma constituição que limita seus poderes.



Figura 14. O quadro “A Liberdade Guiando o Povo”, de Eugène Delacroix, representa a revolta da população parisiense mobilizada pelas ideias liberais, em 1830.

Em bem pouco tempo, os acontecimentos ocorridos na França inspiraram outros levantes pela Europa. Estas revoltas assumiram um caráter de oposição às diretrizes do **Congresso de Viena**, que havia colocado várias nacionalidades sob o domínio de um mesmo país.

Congresso de Viena

O **Congresso de Viena** foi uma conferência, ocorrida na Áustria, entre os embaixadores dos principais países da Europa, entre 1814 e 1815. A intenção deste encontro era restabelecer a estabilidade política e redesenhar o mapa do continente europeu após a derrota de Napoleão, que havia tomado para o domínio da França grande parte do território que antes pertencia às monarquias absolutistas. O Congresso visava restaurar os tronos dos respectivos países e o pagamento de indenizações.

Um exemplo disso se deu na Bélgica, que acabou alcançando sua independência em relação à Holanda. Pelo Congresso de Viena, a Bélgica ficou submetida à Holanda através da criação do Reino dos Países Baixos. Mas havia muitas diferenças entre estes dois povos: além das diferenças de idioma, os belgas eram católicos e tinham a proposta de fortalecer a indústria nacional, enquanto os holandeses eram protestantes e viviam basicamente do comércio.

O governo passou a adotar diretrizes que beneficiaram principalmente os holandeses, inclusive com a imposição do holandês como língua oficial. Isto provocou uma onda de revoluções pela independência que foi facilitada pelo apoio da França e da Inglaterra. Conseguindo a sua independência em 1839, a Revolução da Bélgica acarretou uma dupla alteração no sistema estabelecido no Congresso de Viena: o surgimento de um novo **Estado Nacional** e a organização de uma monarquia liberal e constitucional.

Estados Nacionais

São instituições organizadas de forma política, social e jurídica, que ocupam território definido e dirigido por um governo que possui soberania reconhecida tanto pelos seus habitantes como por outros países. Mas será que basta viver em um território para se sentir parte de uma nação? É importante termos objetivos, propósitos e aspectos culturais comuns que nos garantam um sentimento de pertencimento e unidade, que alguns estudiosos chamam **identidade nacional**.

França e Bélgica foram os países que tiveram a atuação mais bem-sucedida durante as revoluções liberais desse período. Mas o fermento revolucionário, no entanto, permaneceu por toda a Europa nos anos seguintes.

Revoluções de 1848

As ideias liberais e nacionalistas que fomentaram revoluções na década de 1830 se mantiveram presentes na forma de pensar da burguesia. Isto foi agravado em função de regimes governamentais autoritários, crises econômicas, escassez de alimentos, péssimas condições de trabalho para os operários das fábricas, desemprego e falta de

representação política por parte das classes médias. Este cenário favoreceu o surgimento de uma nova onda revolucionária, no ano de 1848, que ficou conhecida como *Primavera dos Povos*.

Esta foi a mais abrangente série de revoluções da Europa, sendo afetada por cerca de 50 países. Mas foram revoluções locais, sem uma coordenação entre elas. A ideologia predominante que, de certo modo, unia todos os movimentos, era a do socialismo utópico. Devemos salientar que esse sentimento de mudança também foi fomentado pela publicação do Manifesto Comunista, de Karl Marx, que defendia a mobilização dos trabalhadores.

O primeiro país a irromper a revolução foi a França, onde grupos adeptos do sufrágio universal e socialistas conseguiram derrubar a monarquia. Estes grupos conseguiram mobilizar centenas de pessoas insatisfeitas com as péssimas condições de vida e montaram barricadas nas ruas da capital, Paris. Apesar de terem sido reprimidos com violência, conseguiram que o então rei Luís Felipe abdicasse do trono, em função de um projeto republicano e constitucionalista.



Figura 15. Pintura de Horace Vernet representa as barricadas nas ruas de Paris, durante a revolução de 1848.

Apesar de ter sido estabelecida a República na França, esta durou pouco tempo (1848-1852). O presidente Luís Bonaparte, foi eleito através do sufrágio universal para um mandato de quatro anos. Contudo, ao final desse período, agiu de forma semelhante à do seu tio, Napoleão Bonaparte, permanecendo no poder através de um golpe, tornando-se o imperador Napoleão III.

Apesar de grupos conservadores terem ocupado o poder depois desses episódios, as monarquias absolutistas e alguns privilégios da aristocracia foram tacitamente prejudicados. Além disso, as revoluções de 1848 foram um movimento que separou definitivamente os interesses da burguesia e do proletariado. Grande parte da burguesia mais conservadora percebeu que as revoluções significavam um verdadeiro perigo para seus objetivos de aumentar seus lucros. Nesse contexto, como veremos na próxima seção, a tomada de consciência de direitos e a vontade de manifestar anseios políticos favoreceu o surgimento de diversos movimentos sociais nesse período.

Seção 4

Movimentos Sociais dos Trabalhadores no século XIX

Acabamos de ver nas seções anteriores que o século XIX na Europa foi intensamente marcado pelo surgimento de novas ideias sociais, reivindicações de caráter nacionalista e, principalmente, pela luta por direitos trabalhistas e melhores condições de vida.

Mas como reagiram os trabalhadores diante dessas novas ideias de liberdade e igualdade? Vamos conhecer alguns movimentos sociais que surgiram entre o final do século XVIII e ao longo do século XIX.

Como aprendemos na primeira seção, a Revolução Industrial trouxe profundas mudanças para a vida dos trabalhadores. Os artesãos se viram privados de seus meios tradicionais de produção para vivenciarem precárias condições de trabalho, longas jornadas, miséria e crises de desemprego. Revoltados, os operários se mobilizaram e passaram a se organizar em movimentos em prol da causa dos trabalhadores.

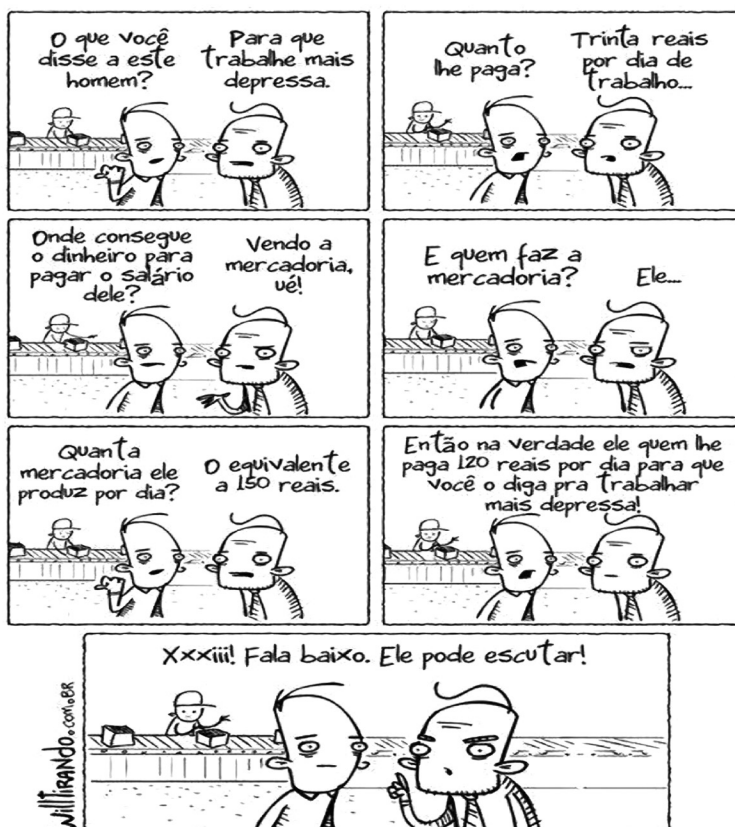


Figura 16. Tirinha criticando a exploração do trabalhador.

Lutas Operárias na Inglaterra

O *Ludismo*, também conhecido como “quebradores de máquinas”, foi um movimento contra a mecanização do trabalho. O advento das máquinas era um efeito negativo para os operários. Para estes trabalhadores, as máquinas que substituíam a mão de obra humana eram as grandes causadoras do desemprego e dos salários baixos. Em 1811, na Inglaterra, o movimento ganhou força significativa. Os luditas chamaram muita atenção pelos seus atos, invadindo fábricas e destruindo máquinas como forma de reivindicar melhores condições de trabalho.

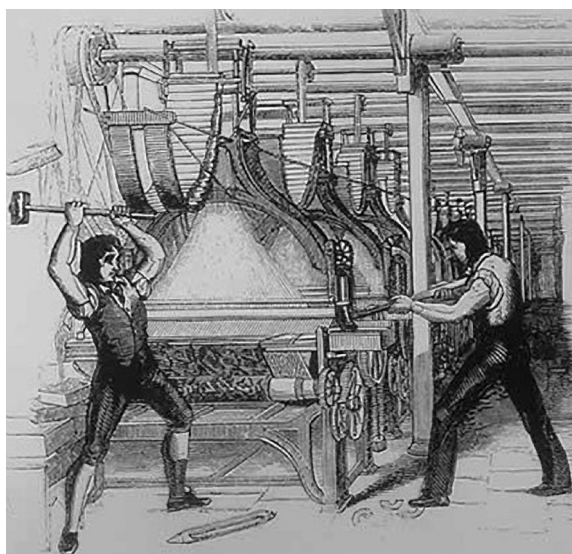


Figura 17. Desenho de 1812, representando luditas destruindo máquina de tear.

Por que Luditas? Os operários deram esse nome ao movimento em homenagem a Ned Ludd, uma figura presente no imaginário popular, que teria sido o primeiro operário, ainda no século XVIII, a ter destruído seus trajes de trabalho e uma máquina na tecelagem onde trabalhava, na região rural da Inglaterra.

Saiba Mais

Os operários começaram a perceber que a razão das péssimas condições de vida não era um problema que se resumia às máquinas. Dessa forma, no início do século XIX, o movimento operário passou a oferecer resistência às leis liberais na Inglaterra que proibiam a realização de greves, a formação de sindicatos e o direito de reunião. Os trabalhadores passaram a se manifestar com motins, petições e greves como forma de manifestar força no cenário político.

A partir dessas lutas, os trabalhadores urbanos lentamente começaram a conquistar alguns direitos trabalhistas e políticos básicos. O direito ao voto e a criação de sindicatos foram importantes nessa luta, já que alcançaram também a liberdade de formar seus próprios partidos.

Outra forma de manifestação dos trabalhadores foi o *Cartismo*, organizado na década de 1830, que se pronunciava de maneira mais tênue em relação às questões operárias. Seu foco era direcionado às disputas parlamentares, meio pelo qual conseguiu conquistar alguns direitos para os trabalhadores.

Representado pela Associação Geral dos Operários de Londres, teve como principal base a *Carta do Povo*, carta escrita pelos manifestantes ao parlamento inglês. Dentre as exigências desse documento, estavam o sufrágio universal masculino através do voto secreto, e a participação de representantes da classe operária no parlamento.

Apesar de as exigências não terem sido inicialmente atendidas, o movimento se radicalizou através de comícios, manifestações e abaixo-assinados. Ao longo do tempo, as reivindicações foram aos poucos, sendo incorporadas à legislação inglesa.

Os protestos dos trabalhadores conseguiram modificar a legislação social vigente em muitos países, levando, por exemplo, à criação de leis que protegiam os menores. Na França, em 1873, somente maiores de 13 anos podiam trabalhar. Em 1892, a jornada de trabalho de mulheres e crianças poderia ser de até onze horas por dia. Como você pode observar são jornadas de trabalho bem diferentes do que temos nas leis trabalhistas de hoje. A adoção dessas garantias amenizou os protestos sociais.

Comuna de Paris

Uma curta experiência de um governo operário foi organizada pelas camadas populares parisienses e fortemente marcada por diversas tendências ideológicas. A Comuna de Paris, em 1871, que foi também - durante dois meses - a primeira experiência socialista da história.

Após a derrota do exército francês da **Guerra Franco-Prussiana**, guardas locais organizaram a resistência das cidades francesas. Com a notícia do fim da guerra entre os governos francês e alemão, foi instaurada uma rebelião da guarda de Paris, composta principalmente pela população pobre urbana que passou a governar a cidade. Os revoltosos conseguiram instaurar um governo popular, no qual o exército seria composto pelas camadas pobres da

população, o Estado separado da Igreja, católica, o voto seria universal e as indústrias teriam como proprietários e administradores os próprios operários.

Vocabulário

A **Guerra Franco-Prussiana** (1870-1871) foi um conflito ocorrido entre o Império francês e um conjunto de estados germânicos liderados pela Prússia. A intenção do conflito era a tentativa de unificar a Alemanha. Em oposição, o imperador francês Napoleão III tinha como objetivo reconquistar o prestígio perdido depois de diversas perdas político-diplomáticas e conter o poderio militar prussiano que constituía grande ameaça à supremacia francesa no continente europeu. Ao final do conflito, a França perdeu parte das províncias de Alsácia e Lorena para os alemães até o fim da Primeira Guerra Mundial.



Figura 18. Barricadas erguidas durante a Comuna de Paris.

A pedido do governo francês, a comuna foi dissolvida com violência com a ajuda do exército prussiano. Cerca de trinta mil pessoas foram mortas, presas e expulsas do país.

E no Brasil? Como as ideias sociais e liberais repercutiram aqui?

Os filhos das famílias mais ricas podiam estudar na Europa e, lá, entravam em contato com as ideias liberais-burguesas. Inevitavelmente passaram a comparar as condições políticas e econômicas existentes no Brasil e a de outros países, criando aqui um clima de revolta.

Durante o período imperial (1822-1889), ocorreram vários movimentos pelo fim da escravidão e contra a monarquia. Grande parte deles já pensava na instauração de uma República no Brasil ou na proclamação de repúblicas isoladas.

Além das revoltas regionais, dois grandes movimentos sociais que ocorreram a partir de 1850, ganharam âmbito nacional: *o movimento abolicionista e o republicano*. Eles se desenvolveram em paralelo e foram fundamentais para a queda do Império e a instauração da República no Brasil.

O movimento abolicionista agregou políticos, intelectuais, poetas e romancistas, mas também muitos escravos, livres e libertos. Já o movimento republicano foi composto pelos segmentos mais ricos da sociedade que buscavam uma nova forma de acomodar os grupos que desejavam o poder. Houve a participação de liberais que defendiam a República democrática com a concessão de maiores direitos para os grupos menos favorecidos economicamente, mas eles foram afastados, e os conservadores se apossaram do poder.

Tanto o movimento republicano quanto o abolicionista utilizaram a imprensa e a discussão em vários níveis sociais. Ambos conseguiram seus objetivos ao mesmo tempo, de tal modo que o fim da escravidão, que ocorreu em 1888, abriu portas para a proclamação da República, no ano seguinte.



Figura 19 – Movimento abolicionista retratado nos periódicos da época.

Os movimentos sociais que ocorreram ao final do século XIX mostravam um caráter político e social marcante. Mesmo com a vigilância rígida e a repressão sobre a população do campo e da cidade, as diversas formas de manifestações foram fundamentais para a garantia de maior participação política e a conquista de direitos trabalhistas.

Resumo

Na Unidade 1, estudamos:

- A formação das relações de trabalho constituídas na Europa entre os séculos XVIII e XIX.
- A divisão do trabalho e formas de produção industrial.
- O contexto de criação das principais ideias sociais e políticas do século XIX.
- As principais revoluções liberais do século XIX.
- Os movimentos sociais dos trabalhadores no século XIX.

Veja ainda

Tempos Modernos. Charles Chaplin , 1936.

O personagem “O Vagabundo” tenta sobreviver em meio ao mundo moderno e industrializado. É considerado uma forte crítica ao capitalismo, militarismo, liberalismo, fordismo e imperialismo, bem como uma crítica aos maus tratos pelos quais os empregados passaram depois da Revolução Industrial.

Referências

Livros

- CHARLOT, Monica; MARX, Roland (org.). *Londres, 1851-1901: a Era Vitoriana ou o Triunfo das Desigualdades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- CHIAVENATO, Júlio José. *As várias faces da Inconfidência Mineira*. São Paulo: Contexto, 1989.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- MALATESTA, Enrico. *Textos escolhidos*. Porto Alegre: LPM, 1984.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In. *O Manifesto Comunista: 150 anos depois*. Daniel Aarão Filho (Org). Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MORUS, Thomas. *A utopia*. Brasília. Ed UNB, 1982.

- THOMPSON, E. P. Formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VAINFAS, Ronaldo. História. Volume 2. São Paulo: Saraiva, 2010.

Imagens

Figura 5: http://affordablehousinginstitute.org/blogs/us/2006/08/on_the_beach_pa_3.html

Figura 6: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=52084>

Figura 7: http://pt.wikipedia.org/wiki/Black_bloc

Figura 8: pt.wikipedia.org

Figura 9: pt.wikipedia.org

Figura 10: pt.wikipedia.org

Figura 11: pt.wikipedia.org

Figura 12: pt.wikipedia.org

Figura 13: pt.wikipedia.org

Figura 14: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Eug%C3%A8ne_Delacroix__La_libert%C3%A9_guidant_le_peuple.jpg

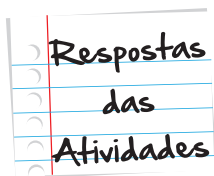
Figura 15: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Horace_Vernet-Barricade_rue_Soufflot.jpg

Figura 16: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=37140>

Figura 17: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:FrameBreaking-1812.jpg>

Figura 18: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Disderi_3.jpg

Figura 19: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/26/Emancipa%C3%A7ao.jpg>



Atividade 1

- a. Os Textos 1 e 2 expressam a marginalização da classe operária e o descaso daqueles que detêm o poder econômico em relação aos mais pobres.
- b. A resposta é pessoal, do aluno, porém, deve ser justificada.

Atividade 2

- a. Trata-se da transição para o Capitalismo Industrial e Liberalismo do século XIX.
- b. Levantes espontâneos de trabalhadores, organização da I Internacional Comunista e publicação do Manifesto Comunista de Marx e Engels.



O que perguntam por aí?

Questão 1 - (Enem 2009)

O abolicionista Joaquim Nabuco fez um resumo dos fatores que levaram à abolição da escravidão com as seguintes palavras:

“

Cinco ações ou concursos diferentes cooperaram para o resultado final:

- 1.º) o espírito daqueles que criavam a opinião pela ideia, pela palavra, pelo sentimento, e que a faziam valer por meio do Parlamento, dos meetings [reuniões públicas], da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais;
- 2.º) a ação coercitiva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores;
- 3.º) a ação complementar dos próprios proprietários, que, à medida que o movimento se precipitava, iam libertando em massa as suas ‘fábricas’;
- 4.º) a ação política dos estadistas, representando as concessões do governo;
- 5.º) a ação da família imperial.

(Joaquim Nabuco. *Minha formação*. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 144).

”

Neste texto, Joaquim Nabuco afirma que a abolição da escravidão foi o resultado de uma luta:

- a. de ideias, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que libertavam seus escravos, de estadistas e da ação da família imperial.
- b. de classes, associada a ações contra a organização escravista, que foi seguida pela ajuda de proprietários que substituíam os escravos por assalariados, o que provocou a adesão de estadistas e, posteriormente, ações republicanas.
- c. partidária, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que mudavam seu foco de investimento e da ação da família imperial.

- d. política, associada a ações contra a organização escravista, sabotada por proprietários que buscavam manter o escravismo, por estadistas e pela ação republicana contra a realeza.
- e. religiosa, associada a ações contra a organização escravista, que fora apoiada por proprietários que haviam substituído os seus escravos por imigrantes, o que resultou na adesão de estadistas republicanos na luta contra a realeza.

Resposta: Letra A

Questão 2 - (U.F.Uberlândia-MG)

“

1848 foi a primeira revolução potencialmente global. (...) Num certo sentido, foi o paradigma de um tipo de ‘revolução mundial’ com o qual, dali em diante, rebeldes poderiam sonhar e que, em raros momentos (...) eles pensaram poder reconhecer. De fato, explosões simultâneas continentais ou mundiais são extremamente raras.


(HOBBSAWM, E. A Era do Capital. São Paulo: Paz e Terra, 1982. p. 30.)

”

Sobre as revoluções de 1848, assinale a alternativa correta.

- a. O caráter de “revolução mundial” de que se revestiram estes movimentos deveu-se à influência da Associação Internacional dos Trabalhadores – a 2ª Internacional – que possibilitou estender os movimentos não só por toda a Europa, mas também pelas principais cidades do continente americano.
- b. As revoluções de 1848 foram movimentos do proletariado industrial num contexto de crise econômica, começando na Inglaterra e atingindo a França, Alemanha e Bélgica, derrubando os governos burgueses e instalando repúblicas de orientação socialista.
- c. Foram movimentos que mesclaram os interesses liberais e nacionalistas da burguesia, em sua luta contra o absolutismo, às reivindicações e ao descontentamento das massas populares, canalizadas pelo socialismo, que pregava reformas radicais.
- d. Essencialmente urbanas, as revoluções de 1848 foram movimentos de resistência contra o conservadorismo, organizadas e controladas pela burguesia européia, e inspiradas no liberalismo radical, sem a participação popular.

Resposta: Letra C



O Segundo Reinado no Brasil: Organização Social, Política, Trabalho e Cidadania

Fascículo 3
Unidade 6

O Segundo Reinado no Brasil: Organização Social, Política, Trabalho e Cidadania.

Para início de conversa...



Figura 1: Segunda família das notas do Real.

Observe as notas da moeda corrente no Brasil atual: o Real. A imagem que ilustra a frente das notas é uma escultura que representa a República. A palavra república vem do latim, surge na Roma antiga e significa “coisa do povo” – homens unidos pelas mesmas leis com interesses comuns. Mas, o Brasil nem sempre foi uma República. Estudamos, em outras unidades, que nosso país se tornou independente e se constituiu numa monarquia. Nosso primeiro imperador foi D. Pedro I, proclamado em 1º de dezembro de 1822. E, hoje, você conhece ou tem notícia de algum país que ainda adota a monarquia? São exemplos de monarquia no século XXI países como: Reino Unido (Inglaterra), Espanha, Japão, Mônaco e Suécia. Na Inglaterra, por exemplo, a figura da rainha Elizabeth II é muito importante para entendermos a importância da monarquia britânica.

A imagem da rainha aparece nas diferentes notas e moedas que circulam, atualmente, no Reino Unido. Diferente da maioria dos países europeus, que utilizam o “Euro”, a moeda oficial do Reino Unido é a Libra Esterlina (ou Pound). Além disso, seu nome sempre é lembrado no início do Hino Nacional, quando os britânicos cantam: “Deus salve a Rainha” (God save the Queen). Tente reparar nisso, nos eventos esportivos antes dos jogos da seleção da Inglaterra.



Figura 2: Libra Esterlina

E no Brasil do Segundo Reinado, como era nossa monarquia? Como ela estava organizada? Vamos aprender mais sobre isso?

Objetivos da aprendizagem...

- Contextualizar os processos políticos do Segundo Reinado.
- Identificar estratégias de dominação e resistência que promoveram inclusão e/ou exclusão social.
- Contextualizar o projeto de construção do Estado na formulação da Constituição de 1824, da Lei de Terras de 1850 e das leis abolicionistas.
- Discutir trabalho escravo e mão de obra livre.
- Debater a questão de gênero e a sociedade patriarcal.
- Reconhecer a dinâmica das relações econômicas no processo de transformação da realidade histórica.

Seção 1

Organização política do Segundo Reinado

O Brasil independente adotou como modelo a monarquia. Aqui, a organização da monarquia seguiu um modelo diferente se compararmos com os sistemas monárquicos existentes na época – no Brasil adotou-se, como veremos, o parlamentarismo. Assim, o Império também possuía características semelhantes às da Inglaterra, atualmente. A moeda utilizada no período era o Réis, que também valia para Portugal. Na moeda brasileira, vinha destacado o brasão real.



Figura 3: Moeda de 100 Réis de 1871 (verso)

A impressão da moeda pode ser entendida como uma forma de garantir a presença e o respeito da família imperial, principalmente se levarmos em conta que o nosso segundo imperador era ainda muito jovem quando assumiu o poder. A subida ao trono de forma antecipada foi uma jogada política conhecida como Golpe da Maioridade. Ele tornou-se imperador com menos de 15 anos, enquanto, a Constituição de 1824 determinava que a maioridade só era possível, quando Pedro de Alcântara completasse 21 anos.

O Golpe da Maioridade, em linhas gerais, pode ser considerado uma solução para sufocar as revoltas regenciais de traços separatistas como a Sabinada e a Farroupilha, além de confirmar a centralidade do Império. Afinal, para a maioria dos políticos que viviam na Corte brasileira a ideia de fragmentação do Brasil como ocorreu com os vice-reinados espanhóis não era bem vista. Além disso, os políticos com ligações com a monarquia não enxergavam com bons olhos o modelo de República. Eles consideravam nossos vizinhos, como Argentina e o Uruguai, modelos políticos que não deveriam ser seguidos, afinal eram repúblicas.

A Revolução Praieira

Quem viver em Pernambuco

Deve estar desenganado

Que ou há de ser cavalcanti

Ou há de ser cavalgado

A Revolução Praieira que ocorreu em Pernambuco é considerada a última revolta regencial e ao mesmo tempo uma demonstração de força de D. Pedro II. No início do Segundo Reinado, as condições de vida na província eram muito difíceis. O comércio estava nas mãos dos portugueses e as terras, os engenhos e o governo provincial estavam nas mãos de poucas famílias - como a Cavalcanti, conforme o verso acima. A revolta começou entre os membros da elite pelo controle do governo, mas teve ampla participação do povo, que estava insatisfeito com as condições de vida e trabalho a que estavam submetidos. Os líderes praiheiros não apoiavam os ideais populares que tomaram conta da Revolta: os revoltosos reivindicavam voto livre e universal, liberdade de imprensa, nacionalização do comércio e fim da escravidão. A rebelião foi derrotada pelas tropas governamentais em 1850. Os líderes foram presos e mandados para a prisão perpétua em Fernando de Noronha. O principal líder, Ivo Veloso da Silveira, foi preso, mas morreu durante a viagem à Fortaleza da Laje no Rio de Janeiro.

Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200014&script=sci_arttext

Saiba Mais

Dirigido pelo grupo liberal, o Golpe da Maioridade tinha como objetivo resguardar a ordem nacional. Além disso, esse grupo via na coroação de D. Pedro II uma oportunidade de governar junto ao Imperador. Em 1840, o imperador só tinha 14 anos, e, constitucionalmente, não poderia assumir o trono. Os políticos liberais começaram a lançar em jornais e revistas uma campanha para antecipar a maioridade de D. Pedro II. Os conservadores também aderiram ao movimento, entendido como única maneira de “salvar o Estado brasileiro”. Em julho de 1840, a campanha foi vitoriosa e o jovem Pedro foi aclamado segundo imperador do Brasil. Mas, quem eram os liberais e conservadores?

Durante o Segundo Reinado dois grupos políticos predominaram no Estado brasileiro, são eles: os liberais (Luzias) e os conservadores (Saquarema). Esses grupos não eram muito diferentes entre si, pois os dois eram compostos por membros da elite do país: fazendeiros, comerciantes, funcionários públicos e militares.

Luzias e Saquaremas

O político pernambucano Holanda Cavalcanti tinha uma frase para definir Luzias e Saquaremas da seguinte forma: “nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder.” Será que esses dois grupos eram iguais? Não, existiam algumas diferenças.

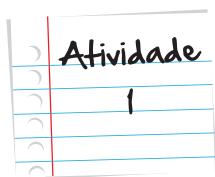
Luzias Esse grupo político defendia a autonomia das províncias e a implantação do federalismo no Brasil. O que seria isso? Para os luzias, chamados de liberais, as províncias, que hoje correspondem a alguns de nossos Estados, deveriam ter mais liberdade e autonomia em relação ao Governo Central. Assim, esse grupo era favorável à descentralização do poder.

Saquarema Esse foi o grupo político que, por mais tempo, ficou à frente do gabinete de D. Pedro II. Eles tinham como defesa a unidade do Império do Brasil e a centralização do poder, a partir do Governo Central. Na maioria das vezes, foram os grandes defensores do Poder Moderador e do conservadorismo, ou seja, não desejavam grandes mudanças no Estado Brasileiro.

Saiba Mais

Os interesses dos dois grupos políticos eram muito parecidos, mas mesmo assim eles estavam em constante disputa pelo poder. Violência e fraude marcaram as disputas eleitorais do ano de 1842. Os liberais foram vitoriosos e as eleições ficaram conhecidas como *eleições do cacete*. Você sabe o porquê deste nome? Essas eleições ficaram conhecidas por esse apelido, pois, à época, ocorreram muitas fraudes como a falsificação de títulos, roubos e espancamentos.

Para impedir a continuação das disputas eleitorais, que se seguiram até 1853, uma das principais medidas do novo imperador foi estabelecer uma *política de conciliação*, que nada mais era que estabelecer um equilíbrio de poder. Ora seus ministérios eram comandados pelos liberais, ora por conservadores.



“

Queremos D. Pedro II
Embora não tenha idade
A nação dispensa a lei
E viva a maioria.

”

Fonte: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/antecipacao.html>

a) Os versos acima indicam qual jogada política ocorrida no Brasil imperial?

b) Explique por que liberais e depois conservadores consideravam importante a subida de D. Pedro II no trono brasileiro?

Anote suas
respostas em
seu caderno

Em 1847, durante a gestão de um ministério liberal, foi criado o cargo de Presidente do Conselho de Ministros para que houvesse um responsável direto pela gestão do poder executivo, isto é, um cargo equivalente ao de primeiro ministro. Mesmo assim, no Brasil, diz-se que houve um “**Parlamentarismo** às avessas”, isto porque, o chefe do Executivo era o Imperador e este exercia o poder moderador que lhe permitia extinguir o gabinete e demitir o Ministro. Em outras palavras, o Legislativo não saiu fortalecido e nem o imperador deixou de governar. Definiu-se que o papel do Conselho de Estado era auxiliar o imperador na tomada de suas decisões.

Parlamentarismo

O parlamentarismo é um sistema político no qual o parlamento ou o congresso escolhem o primeiro-ministro, que se torna o chefe do poder executivo. Na Inglaterra, por exemplo, a eleição do primeiro ministro é feita na Câmara dos Comuns (uma espécie de Câmara dos Deputados), onde o primeiro ministro é eleito entre os deputados. Após sua eleição, ele se torna o representante do Poder executivo e governa com o consentimento ou autorização do rei ou da rainha.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Houses.of.parliament.overall arp.jpg>



Figura 4: Casa do Parlamento inglês

O Segundo Reinado apresentou, em termos constitucionais, uma diferença em relação ao período regencial. Você saberia identificá-la? A chegada ao trono do Imperador trouxe de volta à cena política o Poder Moderador que concedia amplos poderes ao Imperador para interferir no Legislativo e no Judiciário. Por exemplo, se a Assembleia Nacional criasse alguma lei contra os interesses da Coroa, o imperador tinha o poder de dissolvê-la e convocar eleições para uma nova casa legislativa. E, hoje, será que funciona assim? Vamos comparar como era essa divisão dos poderes e quem os exercia?

Constituição de 1824	Constituição de 1988
Poder Moderador – poder exclusivo do imperador.	Não há.
Poder Executivo – Imperador e presidentes das províncias.	Poder Executivo – Presidente, Governadores e Prefeitos.
Poder Legislativo – Deputados e senadores.	Poder Legislativo - Deputados (federais, distrital e estaduais), Senadores, Vereadores.
Poder Judiciário – juízes, promotores e desembargadores.	Poder Judiciário – Juízes, promotores e desembargadores.

Em relação ao contexto internacional, o Segundo Reinado lidou com uma série de disputas políticas. Logo no início de seu reinado, D. Pedro II enfrentou uma disputa internacional com a Inglaterra acerca do tráfico de escravos. Em 1845, a Inglaterra, sob o comando de Lord Aberdeen, decreta o Bill Aberdeen (que dava direito aos ingleses de prender e/ou afundar navios brasileiros que transportavam escravos ilegalmente). Essa lei vai afetar diretamente a nossa soberania. E como você estudou anteriormente, a soberania representa o direito que uma nação tem de fazer suas leis, sem interferência de outras nações. Após um longo período de discussão com os ingleses, os políticos brasileiros resolveram buscar uma saída nacional para anular os efeitos do Bill Aberdeen e manter a soberania nacional.

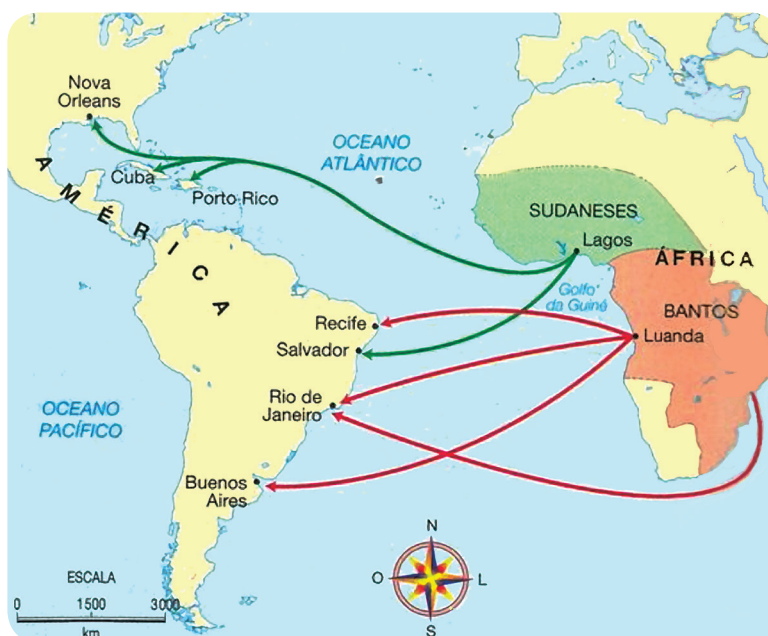


Figura 5: O mapa mostra as rotas do Tráfico Internacional de Escravos da África para a América.

Em 1850, o ministro Eusébio de Queirós criou outra lei proibindo o tráfico de escravos. Afinal, a lei criada pelo regente Feijó, em 1831, teve poucos efeitos, era como se dizia “apenas para inglês ver”. A lei Eusébio de Queirós determinava o fim do tráfico internacional de escravos, dando um golpe na escravidão a médio e longo prazo. Essa nova lei desmontava as redes do tráfico de escravos e dos traficantes negreiros tanto no Brasil, como na África, principalmente a partir de Angola. Pela importância da escravidão para a economia do império as proibições ao tráfico intercontinental intensificaram o tráfico interno, interprovincial, trazendo escravos das decadentes fazendas de açúcar do Nordeste, por exemplo, para o Sudeste cafeeiro. Por fim, como consequências da lei, temos: a diminuição do número de proprietários de escravos, devido ao encarecimento dos cativos; aumento do tráfico interno, principalmente para o Sudeste cafeeiro; crescimento do abolicionismo; desenvolvimento da imigração estrangeira, como forma de alimentar o mercado interno que temia a falta de mão de obra.

Seção 2

Trabalho e cidadania no Segundo Reinado



Figura 6: Carregadores de Café

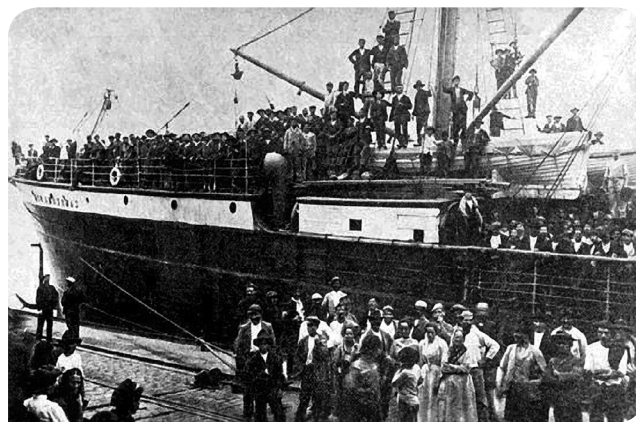


Figura 7: Imigrantes italianos chegando ao Brasil para trabalhar na lavoura de café.

As imagens acima revelam uma importante transformação com relação ao regime de trabalho que teve como palco o Brasil do Segundo Reinado. A primeira imagem, datada de 1840, revela a importância do trabalho escravo para aquele que era o principal produto de exportação da economia brasileira: o café. Já a segunda imagem mostra o desembarque de imigrantes italianos, que irão formar a mão de obra livre nas fazendas de café do Oeste Paulista. De fato, trata-se de um tempo de grandes mudanças com relação ao mundo do trabalho. Vamos entender essas transformações?

Durante o Segundo Reinado, o Brasil se tornou o maior exportador de café do mundo, um produto de luxo consumido pela Europa desde o século XVIII. Até 1880, as plantações do Rio de Janeiro lideraram a produção cafeeira. A economia do café se baseava na monocultura (um único tipo de plantação), no latifúndio (grandes propriedades de terra) voltado para a exportação e em um primeiro momento, teve como base o trabalho escravo. Nessa época, o trabalho braçal era visto como inferior e considerado “coisa de negro”. O Brasil permaneceu escravista até 1888 e mesmo anos após a libertação dos escravos, ainda é possível distinguir em nossa sociedade traços de preconceito racial e desvalorização do trabalho manual.

O cotidiano dos escravos nos cafezais era pesado com rotinas de trabalho que se iniciavam às quatro ou cinco da manhã e iam até vinte e duas horas, quando se recolhiam às senzalas. A lida nas plantações era interrompida

quando o trabalho da lavoura era substituído pelo corte da lenha, o reparo de estradas, a limpeza de córregos. Além disso, ainda existiam os escravos domésticos e os escravos do meio urbano – que tinham a função de armazenar o café e transportá-lo, como vimos na imagem anterior.

O negro resistiu à condição da escravidão de diversas formas: o suicídio, a fuga, a revolta contra seus senhores, a formação de quilombos, o aborto, foram algumas formas de resistência. Por sua vez, as ideias abolicionistas ganhavam mais força durante a década de 1870 e influenciaram a opção pela mão de obra livre, europeia e assalariada. Além do abolicionismo, a política de imigração surgiu em um ambiente repleto de preocupações racistas. À mão de obra branca europeia era atribuída a ideia de superioridade racial. A elite brasileira estava muito influenciada pela teoria do darwinismo social, difundido pelos EUA, e acreditava que a vinda de imigrantes favoreceria o “branqueamento” da população brasileira.



Saiba Mais

Darwinismo Social

Inspirados na teoria da evolução natural das espécies, de Charles Darwin, no campo da Biologia, alguns filósofos e cientistas sociais aplicaram o evolucionismo às sociedades humanas, classificando-as como atrasadas ou avançadas. Criou-se, assim, o darwinismo social, que acreditava existir raças superiores e inferiores. Esta teoria foi utilizada para justificar o domínio europeu na África e na Ásia e propagar o aumento do preconceito.

Um dos efeitos da Lei Eusébio de Queirós foi o gradual declínio do sistema escravista no Brasil. Esse declínio foi acompanhado pela mudança de localização das lavouras de café. Da região do Vale do Paraíba, tradicionalmente escravista, o esgotamento do solo empurrou a economia do café para o Oeste Paulista, onde se estabeleceu pela fertilidade do solo de terra roxa, propício para o cultivo. Mas, no Oeste Paulista, outro regime de trabalho seria estabelecido. Nele, imigrantes europeus – alemães, italianos e portugueses, principalmente – formaram uma nova classe social. Importante notar que no mesmo ano em que proibiu o tráfico negreiro intercontinental, o governo brasileiro promulgou uma lei que dificultava o acesso à terra, a chamada Lei de Terras.



Saiba Mais

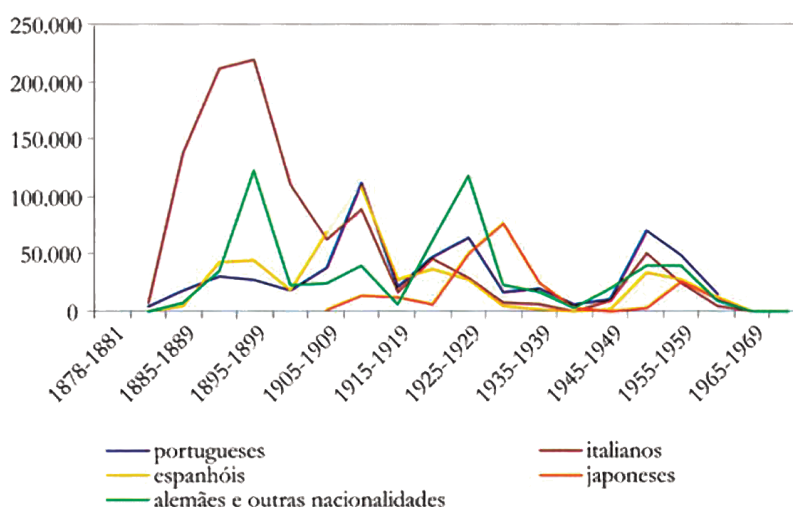
Lei de Terras:

A Lei de Terras regulamentava o acesso à terra daqueles que possuísem títulos ou conseguissem provar a posse da terra. A partir desta lei, a propriedade da terra só seria possível através da compra, tornando-se uma mercadoria. Essa política dificultava o acesso à terra, pois poucos teriam condições de compra. Apenas a elite conseguiria adquirir essas propriedades rurais e assim a lei contribuiu para manter a estrutura fundiária do Brasil, baseada no latifúndio. A lei se referia à compra de terras públicas, também chamadas devolutas. Outros mecanismos de aquisição de terra, como heranças, doações ou o usucapião em terras privadas (direito à posse da terra pelo tempo de uso dela) ainda eram aplicados.

O governo incentivou a chegada de colonos europeus e a adoção do sistema de colônias de parceria, onde o colono trabalharia para pagar as despesas de transporte e viagem até a fazenda de café, além da instalação e da manutenção da família. Contudo, o imigrante caía em uma armadilha de endividamento tão logo chegava ao Brasil. Além da dificuldade de pagar as dívidas contraídas, os colonos eram muitas vezes tratados de forma arbitrária pelos latifundiários, acostumados a lidar com escravos. Esse cenário propiciou a eclosão de revoltas de colonos nas fazendas de cafés.

Com o fracasso do sistema de parceria, o governo precisou intervir e adotar a imigração subvencionada, pagando a viagem enquanto o fazendeiro arcava com a instalação e o primeiro ano do colono em território nacional. Nesse sistema, o imigrante tinha direito a salário fixo independente da safra, e tinha um tratamento melhor.

*Imigrantes entrados no Estado de São Paulo, segundo a nacionalidade
1872-1971*



Observe o gráfico e veja as nacionalidades que entraram em São Paulo a partir do Segundo Reinado. É possível verificar que os italianos foram a principal corrente de imigrantes, mas que portugueses, alemães e espanhóis também marcaram presença na política de imigração do Império. Os braços desses imigrantes ajudaram a transformar hábitos, costumes e atividades econômicas, principalmente no Centro-Sul do Brasil, onde se fixaram com mais frequência. Esses povos influenciaram a cultura e a identidade nacional.

Muito além do café

Mas não só de agricultura viveu a economia brasileira durante o Segundo Reinado. Durante muito tempo, o desenvolvimento das atividades industriais brasileiras foi retardado pelos tratados comerciais entre Brasil e Inglaterra. D. João VI assinou, em 1810, o Tratado de Comércio e Navegação, que destinava aos produtos ingleses taxas alfandegárias reduzidas (15%). Nossos produtos não tinham qualidade e nem preço para competir com os ingleses, que chegavam aos nossos portos

em grande quantidade. Além disso, faltava investimento na indústria, mão de obra especializada com conhecimento técnico e um mercado consumidor mais sólido – já que grande parte dos trabalhadores brasileiros eram escravos.

O fim do tráfico negreiro, em 1850, coincidiu com uma alta dos preços do café no mercado estrangeiro, o que teve uma repercussão positiva para a economia. Segundo Lília Moritz, as vendas subiram 23% entre 1850 e 1851. O cacau e a borracha também foram produtos de alto valor comercial que começaram a ganhar importância na produção agrícola brasileira. Os capitais, antes destinados ao tráfico, foram redirecionados para outros investimentos, como a indústria e o comércio. Nesse contexto de crescimento, o ministro das finanças Manuel Alves Branco lançou, em 1844, as chamadas Tarifas Alves Branco, que criaram uma nova política alfandegária, taxando produtos estrangeiros. O objetivo era aumentar a arrecadação sobre importações e elevava para 30% o imposto sobre produtos importados sem similares nacionais e 60% para aqueles que a indústria brasileira também produzia. Com os produtos importados mais caros para o consumo, os produtos nacionais tiveram chance de competir.

Esses dois fatores – o fim do tráfico e as Tarifas Alves Branco – contribuíram para o que foi considerado o primeiro surto industrial do Brasil, que contou, ainda, com um personagem histórico importante: o Barão de Mauá.

O governo facilitou a importação de maquinarias. O Brasil assistiu à introdução de tecnologias industriais típicas do século XIX, como o telégrafo e as ferrovias, que auxiliaram no transporte do café. A industrialização mudou também o cenário urbano. No Rio de Janeiro, por exemplo, as antigas carruagens deram lugar aos bondes puxados por burros, a iluminação se tornou a gás e a água passou a ser encanada.



Saiba Mais

A “Era Mauá”

Irineu Evangelista de Souza foi um grande empresário brasileiro. Ele possuía inúmeros empreendimentos industriais particulares, como bancos, companhias de gás, estradas de ferro, rodovias, fundição e estaleiro. Mas a Era Mauá não teve vida longa. Vários elementos contribuíram para a falência das empresas de Mauá em 1878 – além da concorrência com o capital estrangeiro, sobretudo inglês, as ideias liberais, abolicionistas e sua posição contrária à Guerra do Paraguai lhe renderam muitas inimizades. Esse período da industrialização brasileira é chamado “Era Mauá”.

A figura do barão de Mauá teve um peso tão grande na indústria brasileira do Segundo Reinado que biografias sobre sua vida foram escritas por diversos historiadores e estudiosos, ao longo do tempo. Essas biografias costumavam destacar seu lado liberal em contraste com um Império agrícola e conservador. O termo “Era Mauá” se popularizou através dessas pesquisas, que tiveram suas ideias difundidas em livros didáticos. Contudo, segundo o historiador Carlos Gabriel Guimarães, a pesquisa histórica atual aponta que não houve tanto contraste assim entre o barão e o Império. Sua atuação era sempre no sentido de legitimar o Reinado e não o contrário. Esses estudos mostram que “a trajetória dos negócios efetuados pelo futuro barão e depois visconde de Mauá, títulos estes concedidos por D. Pedro II após 1850, somada às honrarias e mercês recebidas, como os empréstimos e monopólios com que foi favorecido, expressam bem o homem da Corte, por mais que seus interesses, muitas vezes, tenham sido contrariados pelo poder imperial”. (GUIMARÃES, 2007)

O trabalho no campo e nas cidades

Na segunda metade do século XIX, junto com o desenvolvimento da economia cafeeira e a industrialização, assistimos um crescimento dos centros urbanos, onde trabalhavam profissionais das camadas médias como médicos, professores, dentistas, escultores, advogados, e outros. Mas mesmo nas cidades, a presença de escravos era grande. Nelas, os escravos tinham funções variadas como carregadores, vendedores, artesãos, barbeiros, carpinteiros ou pedreiros.

Observe as imagens a seguir:



Figura 9: Jean Baptiste Debret. Família pobre recolhendo o produto do trabalho da negra velha que carrega água. 1827. Museu Castro Maya - IPHAN/MinC - MEA 0179

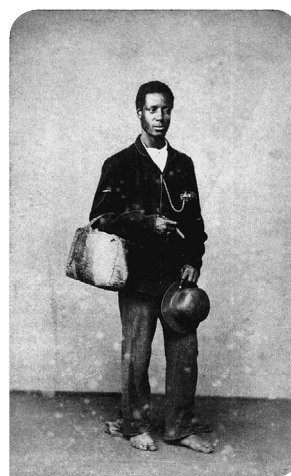


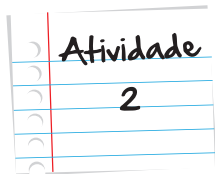
Figura 10: A fotografia mostra um escravo de ganho, com paletó e chapéu a tiracolo. Contudo, para marcar sua condição de escravo, ele andava descalço.

Era comum nos centros urbanos do período imperial que pessoas investissem seus recursos na compra de um escravo para depois viver das rendas conseguidas pelos cativos. Eles eram chamados escravos de ganho, obrigados por seu senhor a trabalhar em mais variados serviços, pagando-lhe uma quantia do que ganhasse. Jean-Baptiste Debret, pintor que viveu e retratou o período imperial, ilustra essa condição no quadro, mostrando uma viúva e sua pobre filha vivendo dos recursos vindos do trabalho de uma velha escrava.

No campo, principalmente nas regiões dominadas pelo café, a elite latifundiária era composta em grande parte por homens brancos que detinham poderes econômicos e políticos. Tratava-se da aristocracia do café, que recebia títulos de nobreza, tornando-se “barões”. No mundo rural, era predominante o trabalho escravo, mas também existiam trabalhadores livres. Poderiam ser assalariados ou trabalhar em regime de parceria com o fazendeiro, explorando um terreno cedido pelo grande proprietário e dividindo o lucro da terra com ele.

A expansão dos cafezais, que precisavam de grandes áreas de cultivo, expulsou os pequenos roceiros que ainda se encontravam no campo.

A diversidade no Brasil era grande - os afro-brasileiros, os mestiços e os brancos pobres conviviam com a miséria e o preconceito. Como muitas tarefas eram delegadas a escravos, os indivíduos livres e pobres não tinham muitas opções de trabalho digno, seja no campo ou na cidade.



Escravos importados pelo Brasil no período de 1842-1852										
1842	1843	1844	1845	1846	1847	1848	1849	1850	1851	1852
17.435	19.095	22.849	19.453	50.324	53.172	60.000	54.000	23.000	3.287	700

A partir do que aprendemos sobre o trabalho no Brasil durante o Segundo Reinado observe a tabela. Nela, vemos um crescimento do número de escravos importados, a partir de 1843, e uma retração a partir de 1849.

Explique os motivos dessa variação.

Anote suas
respostas em
seu caderno

Seção 3

O cotidiano urbano e rural do Segundo Reinado (religiosidade, educação, família e mulher)

Em 2012, a Rede Globo exibiu uma refilmagem de um clássico da literatura brasileira: Gabriela, Cravo e Canela, romance escrito por Jorge Amado. O livro retrata temas sociais típicos da sociedade nordestina e latifundiária, como o grande poder dos coronéis. Um dos casais românticos destacados pela telenovela foi o amor proibido entre Gerusa (Luiza Valderato), neta do coronel Ramiro (Antonio Fagundes) e Mundinho (Matheus Solano), desafeto político do coronel. A história de amor de Gerusa e Mundinho sofreu com o impedimento do coronel, que não admitia o namoro dos dois e enviou sua neta para um convento. Histórias românticas como essa, em que a mocinha apaixonada enfrenta a autoridade do pai ou avô e é forçada a entrar num convento poderia muito bem se passar durante o Segundo reinado.

Geralmente, as famílias da elite já tinham casamentos arranjados para seus filhos e filhas desde a tenra idade. A figura paterna exercia grande poder sobre os filhos que, em geral, não ousavam responder aos pais ou ter atitudes desrespeitosas.

Durante o século XIX, a condição de vida da mulher sofreu alterações. O retrato da mulher dependente do poder **patriarcal** e submissa ocultava dos historiadores uma diversidade de experiências femininas que tinham como palco as mudanças do século XIX. As leis daquele tempo, efetivamente, relegavam as mulheres a um estado de menoridade e obediência com relação ao marido. Tradicionalmente, a mulher branca estava destinada à reclusão, a dirigir a casa e gerar os filhos. Mas muitas mulheres não se enquadravam nesse perfil. As escravas, as mulheres que trabalhavam nas indústrias ou como empregadas, as prostitutas e as trabalhadoras rurais não se encaixavam nessa vida tutelada pelo marido. Mesmo as mulheres da alta sociedade estavam sendo influenciadas por ideias de liberdade inglesas e francesas, o que as tornavam menos submissas ao ideal patriarcal.

Contudo, não podemos exagerar. Grande parte das mulheres do século XIX era analfabeta e tinha muitos filhos. Geralmente morriam em decorrência de complicações no parto. A mortalidade infantil era muito alta e os casais costumavam ter muitos filhos. As mulheres pobres tinham de trabalhar para ajudar no sustento da família e exerciam atividades variadas, como roceiras e lavadeiras. Quando a família entrava em crise, a mulher da elite também trabalhava fazendo doces, dando aulas de piano ou bordando. E a mulher negra, marginalizada duplamente, estava constantemente sujeita à exploração sexual de seu patrão.

Patriarcado ou patriarcalismo

Patriarcas são chefes que lideram uma comunidade, uma tribo ou um território. No Brasil, assiste-se à formação de uma sociedade patriarcal, em que os homens latifundiários possuem completo domínio daqueles que estão sob sua propriedade, decidindo a vida dos escravos, dos filhos, das mulheres e de seus dependentes. Por isso, se diz que a família brasileira era patriarcal.

Religiosidade e Educação no Segundo Reinado



Figura 12: Um senhor faz um escravo beijar a imagem de uma santa. Durante muito tempo, a escravidão no Brasil teve como fundamento o ideal cristão de evangelização.

Observe a imagem anterior. A sociedade do Segundo Reinado tinha como base cultural uma religiosidade baseada no catolicismo. Por isso, a conversão dos escravos vindos da África e a vigilância de suas práticas religiosas eram muito importantes. Apesar disso, sabemos que o negro escravizado resistiu a mais essa violência cultural através do sincretismo religioso, como, por exemplo, a associação direta entre os santos católicos aos orixás (deuses) da cultura africana. Ainda hoje, os terreiros de umbanda ou candomblé estão repletos de imagens de santos católicos, de Jesus ou de Maria, que são associados nos cantos e rituais a orixás como Iemanjá, Oxalá, Oxossi, Ogum, entre outros. O sincretismo religioso foi uma forma de manter sua cultura e raízes religiosas.

Poucos tinham acesso ao conhecimento. Não existiam escolas para toda a população livre e apenas a elite se privilegiava com a educação formal. Já nesse período, vemos um abismo social no campo da educação – de um lado, muitos analfabetos e do outro, alguns bacharéis. O caminho para os jovens bem-nascidos era frequentar uma faculdade.

Preocupados com a afirmação de uma unidade para o território nacional, cientistas e intelectuais tentavam enaltecer a pátria. Nesse sentido, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, contribuiu para construir uma história comum a todo vasto território brasileiro, edificando um passado comum e grandioso. Uma das questões marcantes nesse discurso de unidade e nacionalismo era a questão indígena. A figura do índio passou a ser exaltada como símbolo nacional de força e bravura. Um exemplo foi José de Alencar, escritor famoso pelo livro *Iracema* e o *Guarani*. Importante notar que o imperador D. Pedro II foi um grande incentivador e patrocinador desses literatos que se inspiraram no movimento romântico.

Segundo Josiane Fanzó (2009), o Romantismo vai coincidir com a independência política, por isso, o momento é de sentimento patriótico por um país em pleno processo de mudanças políticas, econômicas e sociais.

D. Pedro II: um Imperador de olho na cultura

“D. Pedro financiou ainda profissionais de áreas diversas, como advogados, agrônomos, arquitetos, um aviador, professores de escolas primárias e secundárias, engenheiros, farmacêuticos, médicos, militares, músicos, padres e muitos pintores. Não é à toa que, nessa época, tenha ficado famosa a frase proferida pelo jovem monarca brasileiro nos recintos do IHGB: “A ciência sou eu”. Sem dúvida, uma clara alusão ao dito de Luís XIV; uma referência ao momento em que D. Pedro passa a ser artífice (indivíduo que inventa) de um projeto que visava, por meio da cultura, alcançar todo o Império”. (Adaptado de: SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131).



“

I

*Menina solteira**Que almeja casar**Não caia em amar**A homem algum;**Nem seja notável**Por sua esquivaça,**Não tire a esperança**De amante nenhum. (...)*

VI

*Pode bem a moça,**Assim praticando,**Dos homens zomban-*
*do,**A vida passar;**Mas, se aparecer**Algum solteirão,**Sem mais reflexão,**É logo casar.*

”

(MACEDO, Joaquim Manuel de. A Moreninha. Coleção: Clássicos da Literatura. São Paulo: Klick, [s/d], p. 61 – 62)

O texto acima é de Joaquim Manuel Macedo e faz parte da famosa obra “A moreninha”. A partir do texto e das reflexões feitas, qual o papel da mulher no Segundo Reinado?

Anote suas
respostas em
seu caderno

Seção 4

Declínio do Império do Brasil



Figura 13: Bandeira do Brasil à época do Império.

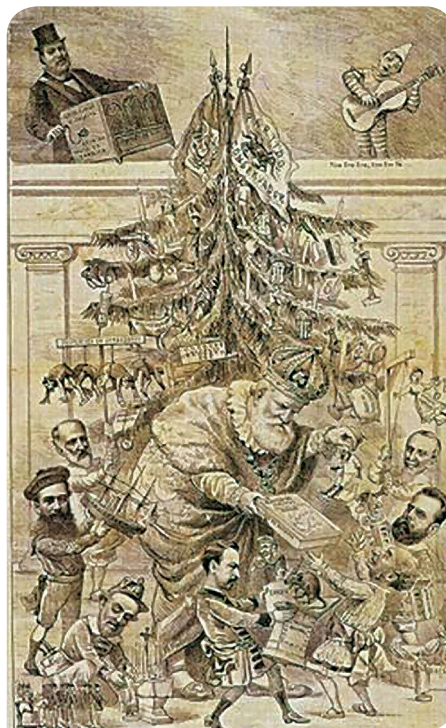


Figura 14: O ilustrador Ângelo Agostini, um dos maiores caricaturistas do século XIX, faz uma sátira à distribuição de favores feita por D. Pedro II no final do Segundo Reinado, e o coloca como um Papai Noel que distribui presentes às elites.

“

Imperador que empresta o nome à festa do Divino — na feliz tradução de José Bonifácio —, D. Pedro II compactuou com uma cultura que, ao mesmo tempo que se europeizou com sua presença, tornou-se mestiça, negra e indígena no convívio, por certo desigual, de tantas culturas. (...) Afinal, como explicar a permanência, por quase sessenta anos, de uma monarquia rodeada de repúblicas por todos os lados? Como entender o enraizamento de uma realeza Bragança, mas também Bourbon e Habsburgo, em um ambiente tropical, cercado de indígenas, negros e mestiços?

”

(SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 14).

Observe as imagens apresentadas no começo da página anterior, e leia o texto apresentado em seguida.

Elas nos contam um pouco sobre a história que estamos estudando: um império baseado em riquezas que estampavam a bandeira nacional – ao lado do escudo de armas, um ramo de café e outro de tabaco. O grupo político que sustentava o Império – os chamados saquaremas – eram cafeicultores e escravistas. E contra esses grupos dominantes tivemos diversas manifestações de descontentamento. O Segundo Reinado não foi um período de paz. Rebeliões, guerras externas e questões como o abolicionismo fizeram com que esse fosse um tempo conturbado.

Durante seu longo reinado, que durou de 1840 a 1889, D. Pedro II teve de lidar com sérios problemas. Mas, talvez, a maior de todas as questões que rondava o trono do Imperador era a sombra de uma ideia política: o ideal republicano que já existia desde o Período Colonial e ficava ainda mais forte com as crises que assolavam o Segundo Reinado. Essa foi a ideia que abalou o poder do Imperador no final de seu reinado. E que fez com que as críticas a D. Pedro II se tornassem mais acirradas, como vemos na charge de Ângelo Agostini, que mostra um Imperador que precisava distribuir favores para manter seu poder. Principalmente após 1870, o Segundo Reinado passou a sofrer com sucessivas crises. Vamos conhecer um pouco mais dessa história?



Questão Christie

A primeira disputa de peso na política externa brasileira tem relação com a Inglaterra. Em 1862, a polícia do Rio de Janeiro prendeu marinheiros ingleses acusados de promover badernas e saquear a carga do navio Prince of Wales. O diplomata inglês, William Christie, exigiu a libertação dos militares e o pagamento de uma indenização. Como não foi atendido, decidiu pela apreensão de navios brasileiros em águas nacionais, como forma de represália. D. Pedro II pagou a indenização e, posteriormente, num tribunal internacional entrou com uma ação contra a Inglaterra. Após o julgamento, a Inglaterra foi condenada a pedir desculpas públicas, mas como não aceitou, os dois países acabaram rompendo relações diplomáticas.

1. Guerra do Paraguai (1864-1870)

A região platina, particularmente a bacia Platina (atualmente envolve países como Brasil, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Argentina) despertava entre os políticos brasileiros alguns interesses, tais como: a possibilidade de livre navegação nos rios da região, ampliação da área de pecuária para os estancieiros gaúchos, maior integração do território que corresponde atualmente ao Mato Grosso, o acesso às áreas produtoras de prata por comerciantes brasileiros, bem como o acesso facilitado aos mercados do interior da América do Sul são alguns dos fatores que explicam o interesse.



Figura 15: Territórios envolvidos na Guerra do Paraguai

Nesse período, o Paraguai não representava uma ameaça para o Brasil ou para a Argentina. Sua economia baseada na agricultura, apesar de passar por um crescimento nessa época, continuava inferior a dos países vizinhos, produzindo principalmente erva-mate para produção externa. Nem mesmo o governante Francisco Solano Lopez acreditava que o país conseguiria impor seus interesses na região. Por isso, aproximou-se de grupos políticos de oposição na Argentina e dos blancos no Uruguai, tentando ter poder de barganha com os grupos políticos hegemônicos nos países vizinhos.



Figura 16: Francisco Solano Lopez, presidente paraguaio

Saiba Mais

Os dois principais partidos políticos no Uruguai dividiam-se entre blancos e colorados. Os blancos eram considerados os conservadores, que defendiam os interesses dos agricultores e a defesa do protecionismo econômico. Enquanto os colorados eram associados aos liberais e batalhavam pelos interesses da elite de Montevideú.

D. Pedro II financiou parte das campanhas do partido político uruguaio Colorado (de tendência liberal) que acabou conseguindo a deposição do então presidente Blanco e a subida ao poder do Colorado Venâncio Flores (aliado do Brasil e Argentina). Isso fez o presidente paraguaio, Solano López, temer por seus interesses e decretar guerra ao Brasil e Argentina, invadindo o Mato Grosso em 1864.

A população paraguaia era pequena se comparada aos países da Tríplice Aliança (Argentina, Uruguai e Brasil), contudo sua força bélica (de guerra) era mais organizada. Mesmo assim, a Batalha do Riachuelo (primeira derrota paraguaia), realizada nos rios da região do Prata, abriria caminho para as tropas da Tríplice Aliança fazerem novas ofensivas por terra, até sua vitória definitiva, em março de 1870.



Figura 17: Batalha do Riachuelo.

Esta guerra que muito custou para o Paraguai, também teve consequências para o Brasil, sendo algumas delas: a reaproximação da Inglaterra (fornecedora de armamento para ambos os lados do conflito), gerando endividamento brasileiro; o fortalecimento do exército como força nacional que exigiu melhorias de suas condições; o crescimento do movimento abolicionista, após a participação de escravos como “voluntários da pátria”, ao lado de soldados brasileiros.

Os Voluntários da Pátria



Você já escutou este nome? Você sabe quem eles eram? É muito comum, em algumas cidades do Brasil, a homenagem a esses homens, principalmente, com monumentos e nomes de ruas. Esse grupo foi criado, em 1865, no Exército brasileiro para aumentar o contingente brasileiro na Guerra do Paraguai. Eles eram, geralmente, escravos ou pessoas das classes mais baixas da sociedade brasileira. Foram esses homens que lutaram na linha de frente nas batalhas. Para os escravos que se voluntariaram para a guerra, o alistamento era uma forma de conquistar a alforria, ou seja, havia a proposta do Governo imperial que, caso o combatente retornasse com vida, ele teria o direito à liberdade. Infelizmente, muitos escravos, na condição de “voluntários da pátria” morreram no conflito. Mas sua atuação, com certeza, contribuiu para a campanha abolicionista no Brasil.



Após a Guerra do Paraguai, os jornais e as revistas no Brasil reconheceram o valor da vitória do Exército. Os oficiais, então, passaram a reivindicar mais poder político – que vinha diminuindo desde a regência de Feijó –, novos armamentos e melhores soldos (salários). Tais reivindicações, no entanto, foram negadas pelo Imperador, o

que aproximou o Exército do pensamento positivista do sociólogo francês Augusto Comte. O positivismo científico pensava a sociedade através do progresso (com avanços técnicos e industriais) e que, no Brasil, passou a ser bem vista entre os militares por ser uma modernização de caráter conservador, que mais tarde serviria para a formação de uma República, com um Executivo forte, voto para os alfabetizados, abolição da escravidão.

Questão Religiosa



Você sabe o que a imagem acima representa? Ela é uma charge – uma caricatura, que ironiza algum acontecimento – produzida por Bordalo Pinheiro, em 1875, para retratar um problema entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica.

Conhecida como questão religiosa, esse acontecimento colocou em crise a Igreja Católica e o governo de D. Pedro II. Em linhas gerais, esse problema começou quando o papa Pio IX, em 1864, determinou a excomunhão (expulsão) de todos os católicos envolvidos com a prática de **maçonaria**.

Maçonaria

É considerada uma sociedade secreta, onde seus membros debatem assuntos sobre liberdade, igualdade, fraternidade. No Brasil, sua fundação ocorreu com o Grande Oriente, no Rio de Janeiro.

Apesar da oposição do Imperador, os bispos de Olinda e Belém, Dom Vital e Antonio de Macedo Costa, seguiram o documento papal (conhecido como Bula) e preferiram expulsar os membros vinculados à maçonaria. Insatisfeito com a ação dos bispos, D. Pedro II determinou a prisão deles. Como a medida causou um mal-estar entre o Estado e a Igreja, o Imperador se viu obrigado a anistiar os dois religiosos. Dessa forma, a charge nos mostra que o Imperador, mesmo ressentido de sua decisão, teve de dar a mão à palmatória ao documento papal.

Questão Republicana

O movimento republicano no Brasil pode ser dividido em duas correntes: uma mais revolucionária, que defendia a proclamação da república com o apoio popular, cujos principais líderes eram Lopes Trovão e Silva Jardim – defensores do Manifesto Republicano de 1870 – e uma segunda corrente, mais conservadora, tendo Quintino Bocaiúva como líder, defendendo uma transição pacífica do Império para a República. O Manifesto de 1870, em linhas gerais, foi um documento publicado por ex-membros do grupo liberal (Luzias) com o objetivo de instalar uma República no Brasil. Um dos veículos para divulgação da propaganda republicana eram as revistas e os jornais.



Vejam a imagem ao lado:

O que você consegue identificar na imagem? Reparem, nela o imperador aparece como um idoso, cansado, sentado na sua cadeira e adormecido, com um jornal chamado: o País. O que isso pode dizer? Para os jornalistas republicanos, D. Pedro II representava um “antigo regime”, isto é, para a modernização do Brasil era preciso a instauração de uma República, afinal, o imperador adormecia ao ler as notícias do Brasil, mostrando incapacidade em administrá-lo.

Em termos políticos, o principal grupo político de apoio à República foi o Partido Republicano Paulista (PRP), criado em 1873, composto majoritariamente pela elite cafeeira. Sua proposta de República se baseava principalmente na ideia de federação, que dava uma maior autonomia às províncias. A proposta, todavia, não tinha uma preocupação com a abolição da escravidão, nem com as liberdades civis e garantias individuais de maior parte da população.

Questão Abolicionista

A questão do fim da escravidão já vinha causando debates na sociedade brasileira desde o início do Império. Antes, as discussões giravam em torno do tráfico de escravos e partiram ao longo do século para o fim da escravidão.

A partir de 1880, o movimento abolicionista ganhou força com a criação da Confederação Abolicionista. Tratava-se de um grupo que se reunia em favor da abolição, tendo nomes como: Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Luís Gama e André Rebouças. O abolicionista Joaquim Nabuco acreditava que a abolição da escravidão deveria ocorrer pela via política, isto é, caberia ao Parlamento a elaboração de uma lei que extinguisse a escravidão. Aqui, a imprensa também foi fundamental para difundir a campanha dos abolicionistas.

Junto com a campanha abolicionista, houve um aumento considerável no número de fugas de escravo. Tanto que para combater e recapturá-los, o governo passou a enviar grupos do Exército que, com o tempo, passou a se recusar a fazer a tarefa.



Figura 21: O abolicionista Joaquim Nabuco.

Já estudamos, em unidades anteriores, algumas leis contra o tráfico. Vamos tentar agora juntar as leis contra o tráfico e as que condenavam a escravidão no Brasil!

A **lei de 1831**, conhecida como “lei pra inglês ver”, determinava o fim do tráfico intercontinental de escravos. Oficialmente, nenhum africano escravizado poderia entrar no país. Ela concedia liberdade jurídica e controlada pelo Estado, pois todos os negros vindos da África, em navios ilegais, eram considerados “africanos livres”. Por outro lado, a **lei Eusébio de Queiros**, aprovada em 1850, extinguiu, novamente, o tráfico intercontinental de escravos. Desarticulava as redes de traficantes, no Brasil e na África, principalmente, na África portuguesa. Essas duas leis são consideradas leis contra o tráfico de escravos.

A **lei do Ventre Livre ou Lei Visconde do Rio Branco**, de 1871, tornava livres todos os filhos de escravos nascidos no Brasil, a partir daquela data. Todavia, a liberdade não era automática, já que, na prática, os senhores exigiam o pagamento dos gastos com essas crianças negras que viviam com suas mães escravas, ou seja, os jovens negros se viam obrigados a trabalhar, até os 21 anos, para os senhores, a fim de pagar os supostos gastos com sua criação. Em 28 de setembro de 1885, era aprovada outra medida que libertava todos os escravos com mais de 60 anos, conhecida como **Lei Saraiva-Cotejipe ou Lei do Sexagenário**.

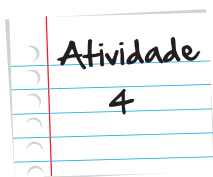
Por fim, o golpe de misericórdia na escravidão no Brasil ocorrerá com a **Lei Áurea**, em 13 de maio de 1888. Durante uma viagem à Europa, o Imperador D. Pedro II deixou sua filha, a princesa Isabel, como regente do país. Cabia a ela administrar o país na ausência de seu pai. A principal medida tomada pela regente foi a assinatura da Lei Áurea, abolindo a escravidão no Brasil.



Figura 22: Princesa Isabel

A abolição da escravatura trouxe uma série de questões para a sociedade brasileira. A primeira é que desagradava boa parte dos proprietários de terra, pois libertava os escravos e não lhes garantia uma indenização ou pagamento. Afinal, o antigo senhor havia comprado um escravo na condição de trabalhador. Logo, isso contribuiu para que os proprietários de terras, principalmente os cafeicultores, aderissem às propagandas do Partido Republicano que exigia o fim da monarquia.

Por outro lado, a Lei Áurea não determinava para onde esses escravos, agora na condição de livres, deveriam ir. Sem propriedade e sem renda, eles não usufruíam de uma cidadania plena. Assim, com o fim da escravidão, alguns ex-escravos passariam a viver em péssimas condições, pois sem recursos próprios e sem apoio do governo restava aos negros recém-libertados morar em condições precárias, sem condições higiênicas favoráveis e edificadas sem uma legalização dos terrenos.



O trecho a seguir faz parte de um clássico samba enredo apresentado, em 1989, pela escola de samba Imperatriz Leopoldinense, com o título “Liberdade, liberdade! Abre as asas sobre nós”

“

O império decadente, muito rico, incoerente
Era fidalguia
Pra Isabel, a heroína
Que assinou a lei divina
Negro, dançou, comemorou o fim da sina
Na noite quinze reluzente
Com a bravura, finalmente
O marechal que proclamou
Foi presidente

”

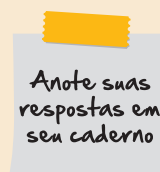
(GRES Imperatriz Leopoldinense, 1989)

Fonte: <http://letras.mus.br/imperatriz-leopoldinense-rj/46373/>

- a. Cite quatro fatores ou acontecimentos que relacionam “um império decadente, incoerente”, conforme descrito no texto acima.

- b. Explique por que a letra do samba considera a princesa Isabel uma heroína.

- c. Explique porque podemos considerar a abolição um processo gradual.



Resumo

- O Golpe da Maioridade foi uma jogada política para antecipar a subida de D. Pedro II ao trono do Império do Brasil.
- O Parlamentarismo “às avessas”, no qual o Imperador escolhia o primeiro ministro, era diferente do que ocorria na Inglaterra.
- Foram elaboradas leis contra o tráfico de escravos – 1831 e 1850 – e as leis abolicionistas – Lei do Ventre Livre, Sexagenário e Lei Áurea.
- A partir de 1870, o governo de D. Pedro II teve de lidar com uma série de problemas internos, como o crescimento da campanha republicana, a ascensão dos militares e os conflitos com a Igreja. E no plano externo, teve de lidar com a Guerra do Paraguai;
- O trabalho escravo foi substituído nas fazendas do Oeste Paulista pelo trabalho do imigrante europeu e isto fazia parte de uma política de “branqueamento” da sociedade.
- O café foi a base da economia no Segundo reinado, que também assistiu a um surto industrial que ficou conhecido como “era Mauá”.
- Tanto no campo quanto na cidade, o trabalho escravo era importante.
- A sociedade brasileira tinha organização patriarcal e a condição feminina durante o Segundo Reinado, apesar de sofrer algumas alterações, permanecia marginalizada.

Veja ainda

- O Império do Brasil.

Esse documentário sintetiza as três fases do Brasil Imperial, no qual o historiador Boris Fausto apresenta fatos marcantes, através de imagens e da viagem por museus.

Disponível em: http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=2263

- A Abolição.

Esse documentário faz um balanço histórico das leis contra o tráfico de escravos e as leis abolicionistas. Além disso, mostra como esse processo foi importante para a História do nosso país.

Disponível em: http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=3662

- A Guerra do Paraguai.

Documentário sobre o desenvolvimento da Guerra do Paraguai, através do teatro de bonecos.

Disponível em: http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=4799

- Mauá, o Imperador e o Rei (1999).

O filme conta a história de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, um dos homens mais influentes do Império. Dirigido por Sérgio Rezende. (138 min)

- Multimídia.

Você já procurou saber o que está escrito no texto da Lei Áurea? Seu artigo é bem claro: “É declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil.” Você pode saber mais no sítio <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/66274.html> Acesse!

Referências

Livros

- COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Unesp, 2007.
- FANZÓ, Josiane Aparecida. *Perfis Femininos da Sociedade brasileira em romances de Macedo, Alencar e do jovem Machado*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Mauá por trás do mito, 2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/maua-por-tras-do-mito>>. Acesso em 02 de jan. 2013.
- GRIEG, Maria Dileta. *Café histórico, negócios e elite*. São Paulo: Olho d'Água, 2000.
- GRINBERG, K.; SALLES, R. (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MAURO, F. *O Brasil no tempo de Dom Pedro (1831-1889)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Hucitec, 2004.
- MEDEIROS, Simone. *Resistência e Rebeldia nas fazendas de São Carlos – 1888 a 1914*. Dissertação de Mestrado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2004.

- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Imagens

Figura 1: <http://www.bcb.gov.br/novasnotas/segunda-familia.html>

Figura 2: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b1/Libra_esterlina.jpg

Figura 3: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Moeda_de_100_R%C3%A9is_de_1871_\(verso\).png](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Moeda_de_100_R%C3%A9is_de_1871_(verso).png)

Figura 4: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Houses.of.parliament.overall.arp.jpg>

Figura 5: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/discovirtual/galerias/imagem/0000001645/0000021424.jpg>

Figura 6: <http://www.portugues.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=747&evento=10>

Figura 7: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=26382>

Figura 8: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/estatisticas.php>

Figura 9: <http://www.mcb.sp.gov.br/ernfraBuscaAssunto.asp?sAssunto=22>

Figura 10: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/mylinks/viewcat.php?cid=12&letter=E&min=10&orderby=titleA&show=10>

Figura 11: <http://www.culturabrasil.org/segundoreinadoi.htm>

Figura 12: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/mylinks/viewcat.php?cid=12&letter=E&min=10&orderby=titleA&show=10>

Figura 13: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jean-Baptiste_Debret_-_Bandeira_e_pavilh%C3%A3o_brasileiros_%28detalhe%29.jpg

Figura 14: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?pagina=espaco%2Fvisualizar_aula&aula=27149&secao=espaco&request_locale=es

Figura 15: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Territorial_disputes_in_the_Platine_region_in_1864.svg

Figura 16: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/96/Lopez1870.jpg>

Figura 17: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/64/Martino-riachuelo-MHN.jpg>

Figura 18: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brazilian_corporal_of_the_1st_Fatherland_Volunteer_battalion.jpg

Figura 19: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/94/Quest%C3%A3o_religiosa.jpg

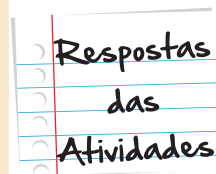
Figura 20: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2b/Pedro_II_angelo_agostini.jpg

Figura 21: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Joaquim_Nabuco_-_bacharel_em_1870,_embaixador,_aboliconista,_escritor-_\(Col._Francisco_Rodrigues;_FR-732\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Joaquim_Nabuco_-_bacharel_em_1870,_embaixador,_aboliconista,_escritor-_(Col._Francisco_Rodrigues;_FR-732).jpg)

Figura 22: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Princesa_Imperial_D._Isabel_do_Brasil2.jpg

Atividade 1

- a. a) Golpe da Maioridade.
- b. Você deverá ser capaz de apontar que esses políticos acreditavam que a subida ao trono de D. Pedro II unificaria o país, evitando a fragmentação das provinciais do Brasil.



Atividade 2

Quando analisamos atentamente, percebemos um aumento do número de escravos trazidos ao Brasil depois do Bill Aberdeen (1845) e uma redução drástica após a Lei Eusébio de Queirós (1850). Prevendo o fim do tráfico pelas pressões internacionais, os fazendeiros importaram o máximo de escravos que era possível nos últimos anos.

Atividade 3

O texto mostra que o casamento para a elite branca representa uma união de interesses. O casamento certo representava ascensão social para a mulher, que estava destinada ao lar e às tarefas domésticas. Pela importância em termos de união de herança, os casamentos eram planejados e arranjados pelos pais.

Atividade 4

- a. Questão religiosa, Questão Militar, Questão Republicana e Questão Abolicionista.
- b. Você deverá relacionar que o fato da princesa Isabel ter assinado a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, extinguindo a escravidão no Brasil tornou a princesa uma heroína.
- c. Porque antes da Lei Áurea, foi assinada a lei Eusébio de Queirós que visava acabar com tráfico internacional e leis abolicionistas – Lei do Ventre Livre e lei dos Sexagenários – que, aos poucos, reduziriam o número de cativos no Brasil.



O que perguntam por aí?

ENEM – 2008

O abolicionista Joaquim Nabuco fez um resumo dos fatores que levaram à abolição da escravatura com as seguintes palavras: "Cinco ações ou concursos diferentes cooperaram para o resultado final: 1) o espírito daqueles que criavam a opinião pela ideia, pela palavra, pelo sentimento, e que a faziam valer por meio do Parlamento, dos meetings [reuniões públicas], da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais; 2) a ação coercitiva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores; 3) a ação complementar dos próprios proprietários, que, à medida que o movimento se precipitava, iam libertando em massa as suas 'fábricas'; 4) a ação da política dos estadistas, representando as concessões do governo; 5) a ação da família imperial."

Joaquim Nabuco. "Minha formação". São Paulo: Martin Claret, 2005. p. 144 (com adaptações).

Nesse texto, Joaquim Nabuco afirma que a abolição da escravatura foi o resultado de uma luta:

- a. de ideias, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que libertavam seus escravos, de estadistas e da ação da família imperial.
- b. de classes, associada a ações contra a organização escravista, que foi seguida pela ajuda de proprietários que substituíam os escravos por assalariados, o que provocou a adesão de estadistas e, posteriormente, ações republicanas.
- c. partidária, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que mudavam seu foco de investimento e da ação da família imperial. a Casa Branca.
- d. política, associada a ações contra a organização escravista, sabotada por proprietários que buscavam manter o escravismo, por estadistas e pela ação republicana contra a realeza.

- e. religiosa, associada a ações contra a organização escravista, que fora apoiada por proprietários que haviam substituído os seus escravos por imigrantes, o que resultou na adesão de estadistas republicanos na luta contra a realeza.

A alternativa correta é “a”.

ENEM – 2010

Para o Paraguai, portanto, essa foi uma guerra pela sobrevivência. De todo modo, uma guerra contra dois gigantes estava fadada a ser um teste debilitante e severo para uma economia de base tão estreita. Lopez precisava de uma vitória rápida e, se não conseguisse vencer rapidamente, provavelmente não venceria nunca.

LYNCH, J. "As Repúblicas do Prata: da Independência à Guerra do Paraguai". BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da independência até 1870*, v. III. São Paulo: EDUSP, 2004.

A Guerra do Paraguai teve consequências políticas importantes para o Brasil, pois:

- a. representou a afirmação do Exército Brasileiro como um ator político de primeira ordem.
- b. confirmou a conquista da hegemonia brasileira sobre a Bacia Platina.
- c. concretizou a emancipação dos escravos negros.
- d. incentivou a adoção de um regime constitucional monárquico.
- e. solucionou a crise financeira, em razão das indenizações recebidas.

A alternativa correta é “a”.

